



Documento enviado com sucesso!!  
Segue abaixo os dados do documento:

### PLASCAR PARTICIPACOES INDUSTRIAIS S.A.

O documento foi entregue para CVM e B3

Tipo de Documento:	Versão:	Data de Referência:	Data de Entrega:
Demonstrações Financeiras Padronizadas - DFP	1	31/12/2021	15/03/2022

NÚMERO DO PROTOCOLO:  
013471DFP311220210100112522-68 

 COMPARTILHAR

 IMPRIMIR

## Índice

### Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

### DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

### DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	12
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	13
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	14
--	----

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	15
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	16
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	17
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	18
---	----

Notas Explicativas	22
--------------------	----

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	80
---	----

Proposta de Orçamento de Capital	81
----------------------------------	----

### Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	82
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	85
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	86
--	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Último Exercício Social 31/12/2021</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	12.425
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>12.425</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2021</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2020</b>
1	Ativo Total	7.408	31.468
1.01	Ativo Circulante	7.401	31.461
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	7.384	31.444
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	17	17
1.01.08.03	Outros	17	17
1.02	Ativo Não Circulante	7	7
1.02.03	Imobilizado	7	7
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	7	7

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2021</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2020</b>
2	Passivo Total	7.408	31.468
2.01	Passivo Circulante	27	32
2.01.03	Obrigações Fiscais	27	32
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	27	32
2.01.03.01.02	Obrigações Fiscais Federais	27	32
2.02	Passivo Não Circulante	318.827	220.652
2.02.02	Outras Obrigações	22.148	44.460
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	22.148	44.460
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	22.148	44.460
2.02.04	Provisões	296.679	176.192
2.02.04.02	Outras Provisões	296.679	176.192
2.02.04.02.04	Provisão para perdas com investimento em controladas	296.679	176.192
2.03	Patrimônio Líquido	-311.446	-189.216
2.03.01	Capital Social Realizado	931.455	931.455
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-1.243.222	-1.121.006
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	321	335

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020</b>
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-122.295	-117.074
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.808	-1.549
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-1.808	-1.549
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-120.487	-115.525
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-122.295	-117.074
3.06	Resultado Financeiro	65	61
3.06.01	Receitas Financeiras	87	83
3.06.02	Despesas Financeiras	-22	-22
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-122.230	-117.013
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-122.230	-117.013
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-122.230	-117.013
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-9,84	-9,42
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-6,15	-5,89

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	-122.230	-117.013
4.03	Resultado Abrangente do Período	-122.230	-117.013

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-1.748	-1.491
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-1.743	-1.488
6.01.01.01	Prejuízo do exercício antes do imposto de renda e contribuição social das operações continuadas	-122.230	-117.013
6.01.01.03	Resultado da equivalência patrimonial	120.487	115.525
6.01.03	Outros	-5	-3
6.01.03.01	Impostos e contribuições sociais a recolher	-5	-3
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-22.312	32.906
6.02.02	Aumento (Redução) líquido em mútuos a receber de partes relacionadas	-22.312	32.906
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-24.060	31.415
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	31.444	29
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	7.384	31.444



**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	931.455	0	0	-1.121.006	335	-189.216
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	931.455	0	0	-1.121.006	335	-189.216
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-122.230	0	-122.230
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-122.230	0	-122.230
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	14	-14	0
5.06.04	Realização do custo Atribuído ao Ativo Imobilizado	0	0	0	21	-21	0
5.06.05	Impostos Diferidos sobre realização do custo atribuído ao ativo imobilizado	0	0	0	-7	7	0
5.07	Saldos Finais	931.455	0	0	-1.243.222	321	-311.446

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	931.455	0	0	-1.004.063	405	-72.203
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	931.455	0	0	-1.004.063	405	-72.203
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-117.013	0	-117.013
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-117.013	0	-117.013
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	70	-70	0
5.06.04	Realização do Custo Atribuído ao Ativo Imobilizado	0	0	0	106	-106	0
5.06.05	Impostos Diferidos sobre Realização do Custo Atribuído ao Ativo Imobilizado	0	0	0	-36	36	0
5.07	Saldos Finais	931.455	0	0	-1.121.006	335	-189.216

**DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020</b>
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-756	-709
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-756	-709
7.03	Valor Adicionado Bruto	-756	-709
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-756	-709
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-120.400	-115.442
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-120.487	-115.525
7.06.02	Receitas Financeiras	87	83
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-121.156	-116.151
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-121.156	-116.151
7.08.01	Pessoal	792	616
7.08.01.01	Remuneração Direta	618	475
7.08.01.04	Outros	174	141
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	260	223
7.08.02.03	Municipais	260	223
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	22	23
7.08.03.01	Juros	22	23
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-122.230	-117.013
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-122.230	-117.013

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2021</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2020</b>
1	Ativo Total	618.665	605.117
1.01	Ativo Circulante	199.935	168.283
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	12.487	33.681
1.01.03	Contas a Receber	34.345	61.188
1.01.03.01	Clientes	31.509	58.774
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	2.836	2.414
1.01.03.02.01	Outras Contas a Receber	2.836	2.414
1.01.04	Estoques	118.357	43.008
1.01.06	Tributos a Recuperar	34.746	30.406
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	34.746	30.406
1.02	Ativo Não Circulante	418.730	436.834
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	91.426	130.862
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	91.426	130.862
1.02.01.10.03	Tributos a recuperar	88.959	126.601
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	2.317	4.103
1.02.01.10.06	Outros ativos não circulantes	150	158
1.02.02	Investimentos	8.362	8.452
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	8.362	8.452
1.02.03	Imobilizado	318.942	297.520
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	303.338	275.848
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	15.604	21.672

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2021</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2020</b>
2	Passivo Total	618.665	605.117
2.01	Passivo Circulante	457.433	274.044
2.01.02	Fornecedores	72.830	36.886
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	71.532	35.747
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	1.298	1.139
2.01.03	Obrigações Fiscais	78.896	46.848
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	78.896	46.848
2.01.03.01.02	Obrigações Fiscais	78.896	46.848
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	53.077	43.039
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	51.531	19.864
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	51.531	19.864
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	1.546	23.175
2.01.04.03.01	Passivos de Arrendamento	1.546	23.175
2.01.05	Outras Obrigações	91.873	46.103
2.01.05.02	Outros	91.873	46.103
2.01.05.02.04	Adiantamentos de Clientes	51.608	15.184
2.01.05.02.06	Outras Contas a Pagar	40.265	30.919
2.01.06	Provisões	160.757	101.168
2.01.06.02	Outras Provisões	160.757	101.168
2.01.06.02.04	Provisão para salários e encargos	160.757	101.168
2.02	Passivo Não Circulante	472.678	520.289
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	141.450	140.750
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	87.462	118.373
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	87.462	118.373
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	53.988	22.377
2.02.01.03.01	Passivos de Arrendamento	53.988	22.377
2.02.02	Outras Obrigações	296.164	338.418
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	8.132	7.450
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	8.132	7.450
2.02.02.02	Outros	288.032	330.968
2.02.02.02.03	Obrigações Fiscais	94.333	110.592
2.02.02.02.04	Outras Contas a Pagar	193.699	220.376
2.02.04	Provisões	35.064	41.121
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	25.799	30.755
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	19.297	19.205
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	6.502	11.550
2.02.04.02	Outras Provisões	9.265	10.366
2.02.04.02.04	Outras Provisões	9.265	10.366
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	-311.446	-189.216
2.03.01	Capital Social Realizado	931.455	931.455
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-1.243.222	-1.121.006
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	321	335

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	612.684	369.188
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-566.387	-373.880
3.03	Resultado Bruto	46.297	-4.692
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-87.153	-78.955
3.04.01	Despesas com Vendas	-28.887	-22.603
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-55.883	-52.411
3.04.02.01	Administrativa e Gerais	-55.883	-52.411
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-2.383	-3.941
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-40.856	-83.647
3.06	Resultado Financeiro	-81.282	-32.663
3.06.01	Receitas Financeiras	14.611	20.402
3.06.02	Despesas Financeiras	-95.893	-53.065
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-122.138	-116.310
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-92	-703
3.08.02	Diferido	-92	-703
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-122.230	-117.013
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-122.230	-117.013
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	0	-117.013
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-9,84	-9,42
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-6,15	-5,89

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020</b>
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-122.230	-117.013
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-122.230	-117.013
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-122.230	-117.013

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	52.134	23.817
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	32.366	3.259
6.01.01.01	Prejuízo do exercício antes dos impostos	-122.138	-116.310
6.01.01.03	Depreciação	34.983	37.774
6.01.01.04	Amortização	23.122	23.443
6.01.01.06	Perda (ganho) na alienação de bens do ativo imobilizado	182	160
6.01.01.08	Juros e variação monetária, líquidas	89.149	45.346
6.01.01.09	Provisão para demandas judiciais	6.061	11.052
6.01.01.11	Provisão para créditos duvidosos	984	1.747
6.01.01.13	Provisão para ajuste dos estoques a valor de mercado e obsolescência	23	47
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	19.768	20.558
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	26.281	-34.461
6.01.02.02	Estoques	-75.372	1.384
6.01.02.04	Outras contas do ativo, líquidas	-325	25
6.01.02.05	Fornecedores	35.779	14.044
6.01.02.06	Provisão para demandas judiciais (pagamentos)	-11.109	-6.897
6.01.02.07	Depósitos Judiciais	1.786	689
6.01.02.08	Salários, férias e encargos sociais a pagar	47.218	31.589
6.01.02.09	Impostos e contribuições sociais a recolher	-6.136	-17.082
6.01.02.11	Outras contas do passivo, líquidas	-24.196	23.957
6.01.02.13	Redução líquida em adiantamentos de clientes e desconto de duplicatas	30.521	-8.456
6.01.02.14	Tributos a Recuperar	12.673	27.794
6.01.02.15	Juros pagos	-17.352	-12.028
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-62.655	-6.589
6.02.02	No ativo imobilizado	-62.655	-6.589
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-10.673	-930
6.03.01	Captação de empréstimos e financiamentos	19.699	21.547
6.03.02	Pagamentos de empréstimos e financiamentos (principal e juros)	-31.054	-23.767
6.03.04	Redução líquida em mútuos a receber de partes relacionadas	682	1.290
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-21.194	16.298
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	33.681	17.383
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	12.487	33.681



**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	931.455	0	0	-1.121.006	335	-189.216	0	-189.216
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	931.455	0	0	-1.121.006	335	-189.216	0	-189.216
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-122.230	0	-122.230	0	-122.230
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-122.230	0	-122.230	0	-122.230
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	14	-14	0	0	0
5.06.04	Realização do Custo atribuído ao Ativo Imobilizado	0	0	0	21	-21	0	0	0
5.06.05	Impostos Diferidos sobre Realização do Custo Atribuído ao Ativo Imobilizado	0	0	0	-7	7	0	0	0
5.07	Saldos Finais	931.455	0	0	-1.243.222	321	-311.446	0	-311.446

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	931.455	0	0	-1.004.063	405	-72.203	0	-72.203
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	931.455	0	0	-1.004.063	405	-72.203	0	-72.203
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-117.013	0	-117.013	0	-117.013
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-117.013	0	-117.013	0	-117.013
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	70	-70	0	0	0
5.06.04	Realização do Custo Atribuído ao Ativo Imobilizado	0	0	0	106	-106	0	0	0
5.06.05	Impostos Diferidos sobre Realização do Custo Atribuído ao Ativo Imobilizado	0	0	0	-36	36	0	0	0
5.07	Saldos Finais	931.455	0	0	-1.121.006	335	-189.216	0	-189.216

**DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020</b>
7.01	Receitas	742.539	447.929
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	742.539	447.910
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	0	19
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-404.753	-234.507
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-283.047	-169.554
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-121.683	-64.906
7.02.04	Outros	-23	-47
7.03	Valor Adicionado Bruto	337.786	213.422
7.04	Retenções	-58.105	-61.217
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-58.105	-61.217
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	279.681	152.205
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	14.702	21.339
7.06.02	Receitas Financeiras	14.611	20.402
7.06.03	Outros	91	937
7.06.03.02	Outras Receitas	91	937
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	294.383	173.544
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	294.383	173.544
7.08.01	Pessoal	189.082	157.043
7.08.01.01	Remuneração Direta	148.361	124.722
7.08.01.04	Outros	40.721	32.321
7.08.01.04.01	Encargos sociais	40.721	32.321
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	131.638	80.449
7.08.02.01	Federais	58.534	38.028
7.08.02.02	Estaduais	71.275	41.407
7.08.02.03	Municipais	1.829	1.014
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	95.893	53.065
7.08.03.01	Juros	95.893	53.065
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-122.230	-117.013
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-122.230	-117.013

## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

### Relatório da administração

Perfil

#### Plascar S.A.

A Plascar Participações Industriais S.A. (Bovespa: PLAS3), através de sua subsidiária Plascar Ltda., atua no setor automotivo e tem como atividade operacional a industrialização e comercialização de peças e partes relacionadas com o acabamento interno e externo de veículos automotores, nos mercados originais e de reposição para montadoras do Brasil.

### Desempenho Econômico - Financeiro

(Em milhares de R\$)	2021	AH%	2020
Receita líquida	612.684	66%	369.188
Resultado bruto	46.297	1.086,7%	(4.692)
Despesas financeiras	(81.282)	148,9%	(32.663)
Prejuízo líquido	(122.230)	4,5%	(117.013)
EBITDA	17.415	178,2%	(22.277)
Dívida líquida <sup>(2)</sup>	126.506	21,0%	104.556

(1) Dívida Bruta é representada pela soma dos empréstimos, financiamentos e derivativos (circulante e não circulante), debêntures (circulante e não circulante) e passivo de arrendamento (circulante e não circulante). A Dívida líquida corresponde a Dívida Bruta deduzida do caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito e dos títulos e valores mobiliários vinculados. A Dívida Bruta e a Dívida Líquida não são medidas de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) e não possuem significado padrão. Outras companhias podem calcular a Dívida Bruta e a Dívida Líquida de maneira diferente ao calculado pela Companhia. Abaixo apresentamos a reconciliação de Dívida Bruta e Dívida Líquida com as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

(Em milhares de R\$)	2021	AH%	2020
Empréstimos, financiamentos (circulante e não circulante)	138.993	0,5%	138.237
<b>(=) Dívida Bruta</b>	<b>138.993</b>	<b>0,5%</b>	<b>138.237</b>
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(12.487)	(62,9)%	(33.681)
<b>Dívida Líquida (2)</b>	<b>126.506</b>	<b>21,0%</b>	<b>104.556</b>

O ano de 2021 foi marcado por um cenário desafiador para todo o setor automotivo, com falta de componentes particularmente semicondutores e aumentos expressivos de preços de matérias primas, decorrentes da crise gerada pelo COVID-19 e por suas consequências em toda a cadeia global de suprimentos, notadamente o desequilíbrio de preços entre produtos acabados e matéria prima e seus componentes no setor automotivo.

As paradas das montadoras devido à falta de componentes eletrônicos, exigiu que a Companhia dependesse um grande esforço para adequação da capacidade produtiva e planejamento de produção. O período também trouxe desafios relacionados aos aumentos de custos de matéria prima e o ambiente inflacionário atual. Tal situação vem sendo combatida pela empresa através de um intenso processo de reequilíbrio de preços aos clientes, desenvolvimentos de engenharia e busca por eficiência operacional de modo a atenuar o impacto de tais fatores.

## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Apesar deste cenário desafiador, a Plascar apresentou um aumento importante de volume e, conseqüentemente, de sua receita líquida, que atingiu R\$ 612.684 em 2021, um aumento de 66% em relação a 2020 (R\$ 369.188) e 50,3% em relação a 2019 (R\$ 407.550), impulsionado, principalmente, pela entrada em produção de novos projetos. Outro fator que impactou o crescimento de volumes em relação ao ano de 2020 foi a retomada da produção dos clientes da Companhia após as paradas decorrentes da COVID-19.

Já no comparativo com o 3T21, o 4T21 manteve seu ritmo de crescimento e apresentou uma melhora de 1,8% em seu faturamento nos trimestres comparados.

O resultado líquido da Companhia, por sua vez, somou prejuízo de R\$ 122.230 em 2021. Eliminando-se os itens não recorrentes registrados no ano, sendo i) R\$ 20.629 – Impairment sobre créditos fiscais e ii) R\$ 25.137 – provisão de encargos débitos fiscais no âmbito da Procuradoria, os quais estão em processo de negociação - parcelamentos), o prejuízo ajustado em 2021 totaliza R\$ 76.464, enquanto no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 somou prejuízo de R\$ 117.013. Tal resultado ainda está aquém do esperado pela Administração, uma vez que a reversão deste quadro se dará pelo aumento do EBITDA, em períodos futuros, através do crescimento da receita da Companhia decorrente do início de produção de novos projetos, que deverá ser suficiente para compensar os volumes de depreciação e despesa financeira correntes. Vale também destacar que tais eventos não recorrentes foram contabilizados nas contas de resultado financeiro, levando a um impacto ainda pior do que o apresentado em 2020 nesta rubrica

(Em milhares de R\$)	2021	2020
Prejuízo líquido	(122.230)	(117.013)
Eliminação dos itens não recorrentes		
(+) Impairment sobre créditos fiscais	20.629	-
(+) Provisão de encargos débitos Procuradoria	25.137	-
(=) Prejuízo líquido ajustado	(76.464)	(117.013)

Abaixo segue conciliação do prejuízo do exercício para o EBITDA com as demonstrações financeiras da Companhia:

(Em milhares de R\$)	2021	2020
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(122.230)</b>	<b>(117.013)</b>
Resultado financeiro	81.282	32.663
Imposto de renda e contribuição social	92	703
Depreciação e amortização	58.271	61.370
<b>EBITDA (1)</b>	<b>17.415</b>	<b>(22.277)</b>

- (1) EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medida não contábil divulgada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras consolidadas, em consonância com a Instrução CVM nº 527/12, de 4 de outubro de 2012 ("ICVM 527"), e consiste no lucro líquido (prejuízo) do exercício ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social corrente e diferido e pela depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida definida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB), não representa o fluxo de caixa dos exercícios apresentados e não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido (prejuízo), como indicador do desempenho operacional, como substituto do fluxo de caixa, como indicador de liquidez ou como base para a distribuição de dividendos. Embora o EBITDA possua um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da ICVM 527, a Companhia não pode garantir que outras companhias, inclusive companhias fechadas, adotarão esse mesmo significado.

## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Em relação à rentabilidade, a Plascar apresentou uma melhora no EBITDA. No acumulado do ano de 2021 o EBITDA foi de 2,8% ou R\$ 17.415, contra um EBITDA negativo de 6,0% ou R\$ 22.277 negativo. No comparativo com o 4T21 O EBITDA passou de 2,3% ou R\$ 3.135 no 4T20, para 3,0% ou R\$ 4.884 no 4T21. Tal melhora na rentabilidade é explicada principalmente pelo efeito do aumento nos volumes e faturamento da Companhia, e consequente maior absorção dos custos fixos. Já no comparativo com o 3T21, o EBITDA da Plascar teve uma recuperação substancial de 3,8 p.p. ou R\$ 6.132.

O ano de 2022 será ainda marcado pelos desafios da recuperação da Plascar, com a continuada manutenção de volume de produção, início de produção de novos projetos, recomposição das margens e fortalecimento da geração de caixa. Neste cenário, cabe ressaltar que, desde o início da pandemia, a Companhia definiu como prioridade proteger a saúde e a segurança de seus colaboradores e familiares, através da implementação de rígidos protocolos de segurança. Tais protocolos foram implementados no retorno da produção em 2020 e vem sendo mantidos rigorosamente de modo a garantir segurança e saúde para seus colaboradores, com consequências como perda de eficiência da produção, além de incremento de custos e despesas.

### Mercado Automotivo

Segundo dados da ANFAVEA, a produção de veículos em 2021 teve um aumento de 11,6% sobre igual período do ano de 2020, somando 2,248 milhão de unidades no país:

Cenário Automotivo	FONTE: ANFÁVEA – BRASIL		
	2020	2021	VAR. %
PRODUÇÃO DE VEÍCULOS	2.014	2.248	11,6%
VENDAS DE VEÍCULOS	2.058	2.120	3,0%

Apesar do resultado abaixo da expectativa, que era de 25%, o volume apresentado é visto pela ANFAVEA como um cenário consistente com outros mercados como os Estados Unidos por exemplo, ainda que haja uma preocupação acerca do abastecimento de componentes, cujo desequilíbrio que persiste na cadeia tem afetado as linhas de muitas montadoras, que passaram a promover paradas na produção com regularidade.

A Companhia vem registrando significativa melhora em termos de liquidez e estrutura de capital, devido, principalmente, ao sucesso na renegociação de certos passivos e melhora nos resultados.

### Investimentos

O ano de 2021 também foi destaque por grandes investimentos pela Plascar, o desenvolvimento de novos projetos e seus respectivos moldes ocasionou um aumento dos estoques, além de investimentos “CAPEX” <sup>1</sup> para manutenção de equipamentos e a construção de nova unidade fabril em Caçapava-SP.

Tais investimentos foram necessários para atender a produção atual e os novos projetos, buscando a melhoria da produtividade e redução de custos, totalizando “CAPEX” <sup>1</sup> em 2021 de R\$ 63 milhões (R\$ 7 milhões em 2020).

## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

<sup>1</sup> Capital Expenditure – consiste nas despesas de capital, como investimento em ativo imobilizado como, máquinas, equipamentos e outras benfeitorias nas instalações da Companhia

### Recursos Humanos

A despeito das adversidades econômicas no país, a Companhia continua investindo no desenvolvimento profissional de seus colaboradores, com aproximadamente 30,81 horas de ensino e treinamento por colaborador (nos últimos 12 meses), focados em aprendizagem do SENAI, estágios, além de treinamentos com desenvolvimento técnico e operacional.

A Companhia encerrou o ano de 2021 com um quadro de 1.872 colaboradores (1.728 em 2020).

### Relacionamento com os auditores independentes

Em conformidade com a Instrução CVM no 381/03, informamos que a Companhia adota como procedimento formal ao contratar os auditores independentes, de assegurar-se de que a realização da prestação de outros serviços não venha afetar sua independência e objetividade necessária ao desempenho dos serviços de auditoria independente. Os trabalhos de auditoria das demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) foram realizados pela ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S.

Informamos que no exercício de 2021, a Companhia contratou, junto aos seus auditores, serviço não relacionado à auditoria externa no valor de R\$ 22 (R\$ 22 em 2020), não ultrapassando 5% da remuneração pelos serviços de auditoria externa. A política da Companhia e sua controlada na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa com os auditores independentes se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente, que são: auditor não deve auditar seu próprio trabalho; o auditor não deve exercer função de gerência em seu cliente e o auditor não deve advogar para seu cliente.

### Agradecimentos

Uma vez mais agradecemos a todos aqueles que estiveram presentes e nos apoiaram durante o transcorrer do exercício de 2021, dentre os quais, os nossos Colaboradores, Clientes, Fornecedores, Acionistas, Instituições financeiras, Membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal da Companhia.

Jundiaí, 14 de março de 2022.

A Administração

## Notas Explicativas

### 1. Informações gerais

A Plascar Participações Industriais S.A. (“Plascar S.A.” ou “Companhia”), com sede na cidade de Jundiaí, no Estado de São Paulo, é uma sociedade anônima de capital aberto, tendo suas ações negociadas na BM&FBOVESPA (PLAS3). A atividade da Companhia está representada pela participação na controlada Plascar Indústria de Componentes Plásticos Ltda. (“Plascar Ltda.” ou “Plascar”), que atua no setor automotivo e tem como atividade operacional a industrialização e comercialização de peças e partes relacionadas com o acabamento interno e externo de veículos automotores.

A Plascar Ltda. possui plantas industriais localizadas nas cidades de Jundiaí/SP, Varginha/MG e Betim/MG.

Em 24 de setembro de 2021, a Companhia comunicou ao mercado sobre a instalação de uma nova unidade industrial na cidade de Caçapava/SP. O início das atividades está previsto para o 3º trimestre de 2022 e, a princípio, a nova unidade atenderá montadoras instaladas na região do Vale do Paraíba.

As plantas atuam principalmente no setor automotivo, com foco no atendimento a montadoras de veículos, fornecendo para-choques, painéis de instrumentos, difusores de ar, porta copos, laterais de porta, porta pacotes, entre outros componentes. A Plascar atua, ainda, na industrialização de produtos não automotivos, como, por exemplo, injeção e montagem de carrinhos de supermercado, caixas multiuso, pallets e móveis ecológicos, atividade esta que representa menos de 7% do total de ativos, receita líquida e resultado líquido consolidados na Companhia.

Após a conclusão da reestruturação financeira da Companhia e sua controlada em 31 de janeiro de 2019, o controle acionário da Plascar S.A. passou a ser da Pádua IV Participações S.A., com participação de 59,99% de seu capital, que também é composto pela Permali do Brasil Indústria e Comércio Ltda., com 18,44%, pela Postalís Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos com 7,12% e por outros acionistas individuais que possuem, em conjunto, 14,45%,  
Nota 21

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 14 de março de 2022.

#### Situação financeira

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresenta excesso de passivos circulantes sobre os ativos circulantes no montante de R\$ 257.498 (R\$ 105.761 em 2020) no consolidado e patrimônio líquido negativo na controladora e consolidado o montante de R\$ 311.446 (R\$ 189.216 em 2020).



## Notas Explicativas

### 1. Informações gerais--Continuação

#### Situação financeira--Continuação

Adicionalmente a Companhia apresentou prejuízo no exercício corrente e comparativo, bem como mantém um prejuízo acumulado de R\$ 1.243.222, na controladora e consolidado (R\$ 1.121.006 em 2020).

As despesas financeiras somam R\$ 95.893 em 2021 (R\$ 53.065 em 2020). A Administração está tomando medidas para reduzir o impacto destas despesas no resultado da Companhia, principalmente através da gestão, com planos de melhora de eficiência e repactuação de seus passivos fiscais e bancários. Tais medidas são necessárias para a Companhia, uma vez que os impactos causados pelo Covid, com queda de margens e consequente diminuição da disponibilidade de caixa, continuaram a impactar o dia a dia da gestão durante o ano de 2021.

Em 2021, verificou-se um aumento na produção de veículos em 11,6%, quando comparado com o exercício de 2020, conforme dados da ANFAVEA. A receita líquida da Companhia, por sua vez, em 2021, apresentou um aumento de 66% quando comparada com o ano anterior, mostrando assim, a manutenção de uma recuperação gradual e consistente nos volumes.

A Companhia continua adotando medidas para elevar a receita obtida de novos projetos, reduzir seus custos internos operacionais e melhorar a margem, promovendo, também, negociações constantes de preços junto aos clientes para repasses dos aumentos de custos (mão-de obra, matéria-prima etc.), dando sequência ao processo de reestruturação da Companhia, bem como o enfrentamento da crise iniciada em março de 2020 decorrente da pandemia COVID-19.

Segundo dados oficiais da ANFAVEA, a produção de veículos em 2022 aponta para um aumento de 9,4%.

A Administração da Companhia está em processo de revisão das projeções, considerando novos projetos e oscilação de volumes diante do cenário atual (COVID-19).

#### Impactos da COVID-19 (Coronavírus) nos negócios da Companhia

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou o surto do Coronavírus COVID-19 como uma pandemia em escala global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e geraram impactos nas demonstrações financeiras. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos implementaram pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar a potencial recessão econômica que estas medidas de mitigação da propagação do COVID -19 efetivamente provocaram.

## Notas Explicativas

### 1. Informações gerais--Continuação

#### Impactos da COVID-19 (Coronavírus) nos negócios da Companhia--Continuação

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declarou o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde. As suspensões da produção automotiva atingiram quase todo o setor no país, com 123 mil trabalhadores parados em 63 fábricas localizadas em 40 cidades de 10 estados.

Durante a crise, a Administração avaliou de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia e de sua controlada, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos nas operações. A Administração acionou de imediato o seu Comitê de Crise, para garantir a segurança de seus funcionários, prestadores de serviços e dos clientes atendidos.

A Companhia implementou as seguintes medidas para combater a crise:

- Implementação de um comitê de Gestão de Crise;
- Restrições com relação à circulação e a aglomeração de pessoas em suas dependências, como forma de evitar a disseminação do vírus;
- Suspensão de viagens, treinamentos presenciais e participação em eventos para todos os colaboradores;
- Orientação de regime de home office para colaboradores cuja função possibilite esta modalidade de trabalho e isolamento de todos os funcionários classificados como de maior risco (acima de 60 anos e com doenças crônicas, conforme orientação dos entes públicos);
- Intensificação nos comunicados internos de medidas preventivas, disponibilização de canais de atendimento médico 24 horas para apoio aos funcionários e familiares e disponibilização de canais internos de comunicação aos funcionários, focados no atendimento relativo à pandemia; e
- Otimização do uso de tecnologia para assegurar o atendimento virtual aos seus clientes, impactando o mínimo possível suas atividades administrativas e operacionais

## Notas Explicativas

### 1. Informações gerais--Continuação

#### Impactos da COVID-19 (Coronavírus) nos negócios da Companhia--Continuação

Visando reduzir os impactos financeiros a Administração ainda adotou as seguintes medidas:

- Antecipação de férias coletivas para seus funcionários e no dia 1 de abril de 2020, alinhado com o sindicato responsável pela categoria, implementou a jornada reduzida em 50% para todos os colaboradores, medida que foi revertida gradualmente no terceiro trimestre;
- Renegociação de prazos de certos passivos junto a bancos, fornecedores e outras contas a pagar;
- Ampliação dos controles de estoque para mantê-los em nível mínimo necessário; e
- Realização de benchmarking com outras autopeças e com as montadoras para troca de informações e medidas para aplicação na Companhia.

Apesar da parada total das montadoras, que ocorreu em períodos diversos entre os meses de março e julho de 2020, as três plantas seguiram funcionando. No entanto, o ritmo de trabalho foi muito reduzido, focando em projetos específicos e atividades de manutenção preventiva. Os custos relacionados à capacidade ociosa das plantas durante esse período e para todo o exercício foram mensurados pela Administração e registrados diretamente no resultado dos respectivos exercícios, conforme parecer de orientação da CVM 24/92.

Mediante a esta potencial recuperação do mercado, a Companhia já adotou algumas medidas de flexibilização e retomada de sua capacidade de produção, onde se destacam:

- Retomada da jornada integral de trabalho;
- Flexibilização do regime de home office;
- Retomada das visitas de terceiros às instalações da Companhia, mediante agendamento prévio e seguindo os protocolos de segurança;
- Intensificação dos protocolos de higienização e saúde para garantir a saúde de todos os colaboradores, clientes e parceiros da Companhia.

Apesar da desmobilização do Comitê de Crise implementado no início da pandemia, o comitê poderá ser acionado de imediato, em caso de necessidade. A Companhia segue monitorando a situação, sempre pronta para intervir, em caso de agravamento da situação da pandemia. Importante destacar que todas estas medidas adotadas pela Administração tiveram impacto em perda de eficiência e aumento de custos, que vem sendo combatido diariamente visando a manutenção de margens para a Empresa.

## Notas Explicativas

### 1. Informações gerais--Continuação

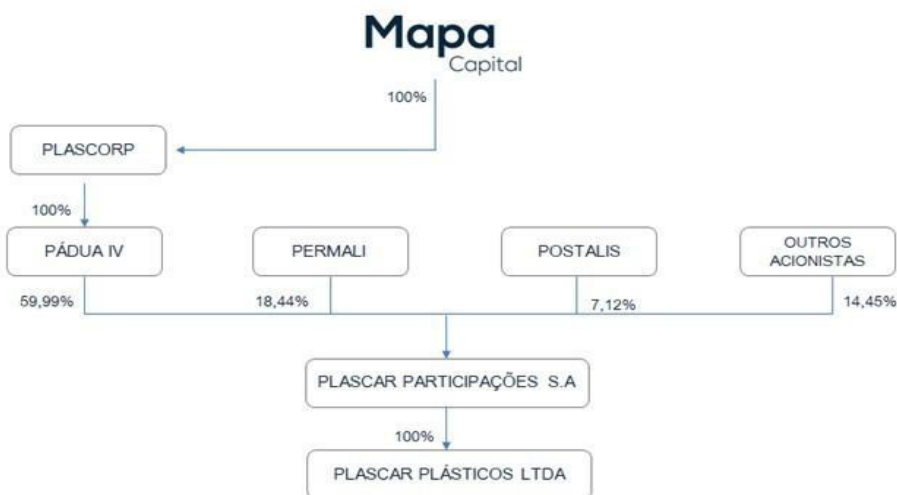
#### Reestruturação societária e financeira

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 13 de dezembro de 2018, foi aprovado, por unanimidade de votos dos acionistas presentes, o plano final de reestruturação da dívida da Companhia que, em linhas gerais, envolve a cessão de aproximadamente 90% da dívida existente da Plascar pelos principais credores da Companhia para a atual controladora “Pádua IV Participações S.A.”.

Em 31 de janeiro de 2019, conforme Aviso aos Acionistas e Fato Relevante divulgados ao mercado, ocorreu o aumento de capital social da Companhia com integralização mediante utilização de créditos detidos contra a Plascar Ltda., por subscrição privada, no montante de R\$ 449.483, mediante a emissão de 7.455.251 ações ordinárias ao preço unitário de emissão de R\$ 60,29 por ação ordinária. Após a efetivação do Aumento de Capital, o capital social da Companhia, antes no valor de R\$ 481.972, dividido em 4.970.167 ações ordinárias, passou a ser de R\$ 931.455, dividido em 12.425.418 ações ordinárias.

Com a conclusão da reestruturação financeira da Companhia em 31 de janeiro de 2019, o patrimônio líquido e o passivo circulante da Companhia foram impactados positivamente em R\$ 449.483, decorrente de aumento de capital.

Segue abaixo a Estrutura Societária:



## Notas Explicativas

### 2. Resumo das principais políticas contábeis

#### 2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)), e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

As demonstrações financeiras individuais da Companhia, aqui denominada controladora, estão sendo divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas e apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades da Companhia, conforme Orientação Técnica OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de terrenos e edificações na data de transição para IFRS/CPC. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, Nota 3.

## Notas Explicativas

### 2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

#### 2.2. Base de consolidação

A Companhia consolida a entidade sobre a qual detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e sua controlada em 31 de dezembro de 2021, cujas políticas contábeis são as mesmas da Companhia, bem como o encerramento do seu exercício social. O controle obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida);
- Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e
- A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando a Companhia tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive:

- O acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto;
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e
- Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto da Companhia (investidor).

A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando a Companhia deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada.

## Notas Explicativas

### 2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

#### 2.2. Base de consolidação--Continuação

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores da Companhia, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesma Companhia, relacionados com transações entre membros da Companhia, são totalmente eliminados na consolidação. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido.

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial.

Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido.

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Para os valores de investimentos negativos, a Companhia registra na rubrica "Provisão para perdas com investimento em controlada" no passivo não circulante.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia incluem as demonstrações financeiras da Plascar Indústria de Componentes Plásticos Ltda. "Plascar Ltda." a qual possui participação de 100% em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

##### a) Transações com participações de não controladores

A Companhia não possui participação de acionistas não controladores em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

##### b) Perda de controle em controladas

Quando a Companhia deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

## Notas Explicativas

### 2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

#### 2.3. Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria-Executiva, também responsável pela tomada das decisões estratégicas da Companhia. A Companhia concluiu que tem somente um segmento passível de reporte, que é o setor de autopeças (automotivo).

#### 2.4. Conversão de moeda estrangeira

##### a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e suas controladas. Todas as informações financeiras foram apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

##### b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como “resultado financeiro”.

#### 2.5. Instrumentos financeiros

O CPC 48 (IFRS 09) Instrumentos Financeiros é vigente para exercícios findos a partir de 1º de janeiro de 2018. Esta norma contém três categorias principais para classificação e mensuração de ativos financeiros: (i) custo amortizado; (ii) valor justo registrado por meio de outros resultados abrangentes; e (iii) valor justo registrado por meio do resultado do exercício (categoria residual).

A Companhia realizou uma avaliação de impacto detalhado na adoção da nova norma e identificou os seguintes aspectos:



## Notas Explicativas

### 2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

#### 2.5. Instrumentos financeiros--Continuação

O CPC 48 (IFRS 09) apresenta uma abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que refletem o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa. Com relação aos passivos financeiros, requer que a mudança no valor justo do passivo financeiro designado ao valor justo contra o resultado, que seja atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo, seja apresentada em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado, a menos que tal reconhecimento resulte em uma incompatibilidade na demonstração do resultado.

##### 2.5.1. Mensuração

Os ativos e passivos financeiros devem inicialmente ser valorados pelo seu valor justo. Os critérios para determinar o valor justo dos ativos e passivos financeiros foram (i) o preço cotado em um mercado ativo ou, na ausência deste e (ii) a utilização de técnicas de avaliação que permitam estimar o valor justo na data da transação levando-se em consideração o valor que seria negociado entre partes independentes, conhecedoras da transação e com interesse em realizá-la.

A mensuração posterior de ativos e passivos financeiros segue o método do valor justo ou do custo amortizado, conforme a categoria. O custo amortizado corresponde:

- Ao valor reconhecido inicialmente para o ativo ou passivo financeiro;
- Menos as amortizações de principal; e
- Mais/menos juros acumulados pelo método da taxa de juros efetiva.

Os efeitos da mensuração posterior dos ativos e passivos financeiros são alocados diretamente ao resultado do período. Ativos e passivos de longo prazo com características de instrumentos financeiros são registrados inicialmente pelo seu valor presente.

##### 2.5.2. Reconhecimento

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados na demonstração do resultado. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado.

## Notas Explicativas

### 2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

#### 2.5. Instrumentos financeiros--Continuação

##### 2.5.2. Reconhecimento--Continuação

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor dos demais ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado nas rubricas "Receitas" ou "Custos" respectivamente, no período em que ocorrem.

##### 2.5.3. Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Os ativos financeiros da Companhia e sua controlada incluem, principalmente, caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e partes relacionadas.

Os passivos financeiros da Companhia incluem, principalmente, fornecedores, empréstimos e financiamentos, passivos de arrendamento, adiantamento de clientes e partes relacionadas.

A Companhia não faz uso de instrumentos financeiros derivativos e também não possui transações de Hedge Accounting em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

## Notas Explicativas

### 2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

#### 2.5. Instrumentos financeiros--Continuação

##### 2.5.4. Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

##### 2.5.5. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)

O CPC 48 (IFRS 09) substituiu o modelo de perdas incorridas por um modelo prospectivo de perdas esperadas. Esta nova abordagem exige um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

A “provisão para perdas de crédito esperado”, é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre a carteira de clientes e demais valores a receber existentes na data do balanço. O critério de constituição da provisão leva em consideração avaliação do risco associado às operações e os títulos vencidos há mais de 90 dias, e também com base na experiência histórica de perdas sobre recebíveis, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

A política da Companhia também considera as perdas de créditos esperadas para os seus recebíveis, sendo essas, o valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos à Companhia de acordo com o contrato firmado com os clientes e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber.

##### 2.5.6. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial na rubrica "Empréstimos e financiamentos", no passivo circulante.

## Notas Explicativas

### 2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

#### 2.5. Instrumentos financeiros--Continuação

##### 2.5.7. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, e subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perdas de crédito esperado ("impairment").

##### 2.5.8. Adiantamento de clientes

O cliente (montadora) adianta recursos para Companhia, conforme o andamento do projeto de construção de ferramentais. Esses recursos são liberados de acordo com a conclusão de cada fase do projeto e está previsto no pedido de compra. Em geral esses adiantamentos não coincidem com os respectivos desembolsos para o desenvolvimento dos projetos pela Companhia, o que causa um stress de caixa, principalmente em momento de crescimento acelerado como o atual.

##### 2.5.9. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Os termos e condições dos passivos financeiros refletem o saldo em aberto de contas a pagar com fornecedores, com prazo médio de pagamento de 35 dias.

##### 2.5.10. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

## Notas Explicativas

### 2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

#### 2.5. Instrumentos financeiros--Continuação

##### 2.5.10. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construções ou produção de um ativo qualificável, que é ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo, quando aplicável e quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

#### 2.6. Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou valor líquido de realização, dos dois, o menor. O método de avaliação dos estoques é a média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados, dos produtos em elaboração e ferramentais compreende os custos do projeto, matérias-primas, mão-de-obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos, quando aplicável. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos necessários para efetuar a venda. O processo de provisão de estoques é dividido em dois tipos de provisão, sendo eles provisão para obsolescência de estoques e provisão para realização dos produtos acabados.

##### Provisão para obsolescência

O critério para constituição desta provisão considera obsoletos itens sem movimentação há mais de 180 (cento e oitenta) dias, para os grupos de estoque produtivos, e é o mesmo adotado em todas as unidades da Companhia.

## Notas Explicativas

### 2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

#### 2.6. Estoques--Continuação

##### Provisão para realização

Para cálculo do valor a ser provisionado, é gerado um relatório específico, onde ele compara o custo médio estocado do produto x preço atual de venda praticado. Para os itens os quais o custo médio do estoque for superior ao preço de venda, multiplica-se o valor da margem com a quantidade total em estoque para se chegar no montante a ser provisionado, trimestralmente os cálculos são revisados pela Companhia.

#### 2.7. Imobilizado

O imobilizado considera como base de valor e foi ajustado para refletir o custo atribuído de terrenos e edificações na data de transição para IFRS e CPC. Os demais itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados, quando aplicável.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada utilizando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é como segue:

	<u>Vida útil (anos)</u>
Edificações	25 a 50
Máquinas	8 a 25
Moldes	11 a 15
Móveis e utensílios	10 a 15
Veículos	5 a 6
Equipamentos de informática	5 a 6

Os valores residuais e a vida útil dos ativos foram revisados e representam adequadamente a posição no final do exercício.

## Notas Explicativas

### 2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

#### 2.7. Imobilizado--Continuação

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior que seu valor recuperável estimado, Nota 2.8.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

#### 2.8. Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação de impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros, exceto ágio (Goodwill), que tenham sido ajustados por impairment são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço.

A Companhia avalia no mínimo por ocasião da elaboração das demonstrações financeiras anuais, se há alguma indicação de que seus ativos ou conjunto de ativos porventura perderam representatividade econômica, considerada relevante. Os testes de impairment são preparados por um perito independente para levantar o valor de mercado dos principais ativos para cada UGC. O escopo do trabalho compreendeu a avaliação patrimonial dos ativos localizados nas unidades de Jundiaí, Betim, Varginha e Caçapava e estão apresentados abaixo:

	2021		2020	
	Valor contábil dos ativos	Valor líquido de venda	Valor contábil dos ativos	Valor líquido de venda
Jundiaí	126.595	175.968	119.935	163.516
Betim	93.694	145.074	99.130	118.456
Varginha	54.056	82.262	56.783	73.610
Caçapava	28.993	36.355	-	-
Total	303.338	439.659	275.848	355.582

## Notas Explicativas

### 2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

#### 2.8. Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)--Continuação

O valor recuperável é o valor justo líquido de despesas de alienação sendo a descrição da técnica descrita abaixo:

- Os ativos de propriedade da Companhia foram avaliados de acordo com valor de mercado de cada bem, obtido pelo produto entre o valor de reposição e o coeficiente de depreciação, levando-se em consideração a vida útil, idade, vida útil remanescente, valor residual e depreciação, resultando no valor líquido de venda superior ao valor residual contábil dos mesmos, não indicando desta forma, necessidade de impairment.

Como resultado do teste aplicado, nenhum ajuste de impairment se fez necessário em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

#### 2.9. Arrendamentos

A partir de 1º de janeiro de 2019, com a adoção do CPC 06 (R2)/(IFRS16) - Arrendamentos, a Companhia passou a registrar os aluguéis futuros descontados a valor presente como passivo de arrendamento.

A norma CPC 06(R2)/IFRS 16, que determina que na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários reconhecem separadamente a despesa de juros sobre o passivo durante o período do arrendamento, e a despesa de amortização sobre o ativo de direito de uso.

Os arrendatários também devem reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhece o valor da reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso. Os arrendadores continuam a classificar todos os arrendamentos em dois tipos: arrendamentos operacionais e financeiros.

A Companhia selecionou como método para a adoção inicial a abordagem retrospectiva modificada, com o efeito cumulativo de aplicação inicial nos ativos e passivos, sem a reapresentação de períodos comparativos. A Companhia aplicou o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento na transição. Isso significa que aplicou o IFRS 16/CPC 06 (R2) a todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 que eram identificados como arrendamentos de acordo com o IAS 17/CPC 06 (R1) e a IFRIC 4/ICPC 03.



## Notas Explicativas

### 2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

#### 2.9. Arrendamentos--Continuação

O impacto inicial no ativo, nas rubricas “Direito de uso de ativos” e “Passivos de arrendamento” foi de R\$ 53.065. O valor foi calculado considerando um prazo total de vigência do contrato. A administração considerou como taxa incremental 9,5% para desconto da dívida ao valor presente (AVP), sendo essa a mesma taxa considerada nas renovações dos empréstimos juntos aos bancos.

##### a) Premissas para o reconhecimento

A Companhia possui vários contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão. A Companhia aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento.

A Companhia reconhece o direito de uso de ativos e passivos de arrendamentos considerando as seguintes premissas:

- (i) Inclusão dos contratos na base no início da sua vigência, com seu valor de ativo de direito de uso definido neste momento.
- (ii) Operações com contratos firmados por mais de 12 meses entram no escopo da norma. A Companhia não considera aspectos de renovação em sua metodologia, haja visto que os ativos envolvidos em sua operação não são indispensáveis para a condução de seus negócios, podendo ser substituídos ao término do contrato por novos ativos adquiridos ou por outras operações que não as mesmas pactuadas.
- (iii) Contratos que envolvam o uso de ativos imateriais e de baixo valor não são considerados.
- (iv) Considera-se somente operações que envolvam ativos específicos definidos no contrato ou de uso exclusivo ao longo do período do contrato.
- (v) A metodologia utilizada na apuração do valor presente líquido dos contratos corresponde ao fluxo de caixa das contraprestações assumidas descontadas pela taxa de desconto definida para a classe do ativo.
- (vi) A taxa de desconto utilizada foi de 6,5% ao ano para as operações de imóveis administrativos e galpões industriais em 2021 e 9,5% em 2020. A taxa foi obtida por operações de financiamentos para ativos destas classes.

## Notas Explicativas

### 2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

#### 2.9. Arrendamentos--Continuação

##### a) Premissas para o reconhecimento--Continuação

As operações de arrendamento da Companhia em vigência em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não possuem cláusulas de restrições que imponham a manutenção de índices financeiros, assim como não apresentam cláusulas de pagamentos variáveis que devam ser consideradas, ou cláusulas de garantia de valor residual e opções de compra ao final dos contratos.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

As obrigações de contratos de arrendamentos com transferência substancial de benefícios, riscos e controle dos bens são reconhecidas no passivo na rubrica de passivo de arrendamentos. O passivo é inicialmente reconhecido pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. A taxa de desconto utilizada é a taxa de juros implícita nos contratos.

Os encargos financeiros são apropriados durante o prazo do arrendamento, produzindo uma taxa de juros periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais foram reconhecidos no resultado de forma linear pelo prazo do arrendamento.

A Companhia e sua controlada não atuam como arrendadoras em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 houve adição de um novo contrato. O impacto inicial no ativo e passivo foi de R\$ 17.054. A Administração considerou como taxa incremental 6,5% para desconto da dívida ao valor presente (AVP).

## Notas Explicativas

### 2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

#### 2.10. Provisões para contingências

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

A Companhia aplicou a Interpretação IFRIC 23/ICPC 22 - Incerteza sobre o tratamento do imposto de renda, a partir de 1º de janeiro de 2019 e não teve impacto em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

#### 2.11. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

##### Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativas a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidas no patrimônio líquido.

Na Companhia e sua controlada que adotam o regime de tributação com base no lucro real, o imposto de renda e a contribuição social são calculados observando-se os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente, calculados pelas alíquotas regulares de 15%, acrescida de adicional de 10% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

## Notas Explicativas

### 2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

#### 2.11. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido--Continuação

##### Imposto de renda e contribuição social - diferidos

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, aplicável às companhias que adotam o regime de tributação com base no lucro real.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que seja provável que lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia e sua controlada não atendiam os critérios acima e, portanto, nenhum valor foi registrado como imposto diferido ativo.

A Companhia registra imposto diferido passivo sobre o custo atribuído do imobilizado, Nota 10.

##### Tributos sobre as vendas

Despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto:

Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;

Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos tributos sobre vendas; e

Quando o valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

## Notas Explicativas

### 2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

#### 2.12. Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida, dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre a Companhia e sua controlada, quando aplicável.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos fluirão para a Companhia e suas controladas e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir.

A Companhia e sua controlada consideram se há outras promessas no contrato que são obrigações de performance distintas, às quais uma parcela do preço da transação precisa ser alocada (por exemplo, garantias, entre outros). Ao determinar o preço de transação para a venda dos produtos e ferramentais, a Companhia e sua controlada consideram os efeitos da contraprestação variável, a existência de componentes de financiamento significativos, a contraprestação não monetária e a contraprestação devida ao cliente (se houver).

##### a) Venda de produtos

A Companhia fabrica e vende peças e partes plásticas relacionadas com o acabamento interno e externo de veículos automotores. As vendas dos produtos são reconhecidas sempre a controlada efetua a entrega dos produtos para o comprador. A Companhia e sua controlada avaliam as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

##### b) Venda de ferramentais

A Companhia desenvolve e vende ferramental para injeção de peças plásticas de acordo com especificação técnica do pedido e modelo do veículo conforme projeto da montadora e no decorrer do desenvolvimento, ocorrem adiantamentos por parte das montadoras para suportar os recursos dispendidos. Usualmente o desenvolvimento e venda de ferramental está atrelada ao fornecimento de peças. As vendas dos ferramentais são reconhecidas no momento em que o projeto esteja aprovado pela montadora e em produção. A montadora por sua vez, emite um contrato de comodato autorizando a utilização do ferramental, uma vez que trata-se de um bem de sua propriedade.

## Notas Explicativas

### 2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

#### 2.12. Reconhecimento de receita--Continuação

##### c) Receitas financeiras

As receitas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido pelo regime de competência usando o método da taxa efetiva de juros.

#### 2.13. Propriedades para investimento

Propriedades para investimento são mensuradas ao custo, incluindo custos de transação. O valor contábil inclui o custo de reposição de parte de uma propriedade para investimento existente à época em que o custo for incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos, excluindo os custos do serviço diário da propriedade para investimento.

Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas (ou seja, na data em que o receptor obtém o controle) ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa.

Transferências são feitas para a conta de propriedade para investimento, ou desta conta, apenas quando houver alteração de uso. Se a propriedade ocupada por proprietário se tornar uma propriedade para investimento, a Companhia contabiliza a referida propriedade de acordo com a política descrita no item de imobilizado até a data de alteração de uso.

#### 2.14. Demonstração do fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento CPC 03 (IAS 7) - Demonstração dos fluxos de caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e reflete as modificações no caixa e equivalentes de caixa que ocorreram nos exercícios apresentados.

#### 2.15. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

## Notas Explicativas

### 2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

#### 2.15. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021-- Continuação

##### Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco. As alterações incluem os seguintes expedientes práticos:

- Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros flutuante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado.
- Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de hedge, sem que o relacionamento de hedge seja descontinuado.
- Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como hedge de um componente de risco.

Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. A Companhia pretende usar os expedientes práticos nos períodos futuros se eles se tornarem aplicáveis.

##### Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

## Notas Explicativas

### 2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

#### 2.15. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021-- Continuação

##### Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021-- Continuação

A alteração pretendia a ser aplicada até 30 de junho de 2021, mas como o impacto da pandemia do Covid-19 pode continuar, em 31 de março de 2021, o CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para de 30 junho de 2022. Essa alteração entra em vigor para exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021. No entanto, A Companhia ainda não recebeu benefícios concedidos para arrendatários relacionados à COVID-19 mas planeja aplicar o expediente prático quando disponível dentro do período da norma.

#### 2.16. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Substituição do CPC 11 Contrato de Seguro (IFRS 4) para o CPC 50 Contrato de Seguro (IFRS 17): em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 - Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituirá a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária.

A IFRS 17 e CPC 50 vigoram para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica a Companhia.



## Notas Explicativas

### 2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

#### 2.16. Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante: em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de Postergação.
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis: em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis: em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

## Notas Explicativas

### 2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

#### 2.16. Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

##### Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis--Continuação

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária. A Companhia está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

### 3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos e estimativas e estabeleça premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas a seguir descritas são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas nas estimativas contábeis são reconhecidos no exercício ou período em que as estimativas são revistas se a revisão afetar apenas este exercício ou período, ou também em exercícios ou períodos subsequentes se a revisão afetar os resultados futuros.

De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia e suas controladas formam seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive quanto a variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, são incluídos comentários referentes a alguns assuntos, conforme segue:

- (a) Provisão para perdas de créditos esperadas: Nota 2.5.5
- (b) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: Nota 2.8
- (c) Provisão para contingências: Nota 2.10
- (d) Arrendamentos - Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos: Nota 2.9

## Notas Explicativas

### 4. Gestão de risco financeiro

#### 4.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e risco de valor justo associado com a taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia.

##### a) Risco de mercado

##### i) Risco cambial

A Companhia atua internacionalmente e está exposto ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos. O risco cambial decorre de operações comerciais, ativos e passivos.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia apresenta ativos e passivos em moeda estrangeira decorrentes de operações de importação, exportação e mútuo com partes relacionadas, nos montantes demonstrados a seguir:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Contas a receber de clientes (Nota 7)	<b>9.264</b>	7.648
Fornecedores (Nota 16)	<b>(1.298)</b>	(1.139)
Exposição Líquida	<b>7.966</b>	6.509

##### ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

A Companhia não tem ativos significativos em que incidam juros.

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos e financiamentos. Os empréstimos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

## Notas Explicativas

### 4. Gestão de risco financeiro--Continuação

#### 4.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

##### a) Risco de mercado--Continuação

##### ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros--Continuação

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, no lucro da Companhia antes da tributação (é afetado pelo impacto dos empréstimos a pagar sujeitos a taxas variáveis).

Passivo financeiro	Impacto no resultado do exercício (1)		
	Cenário I Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%
CDI	10,90%	13,63%	16,35%
Empréstimos e financiamentos	(14.042)	(16.693)	(19.329)

(1) Refere-se ao cenário hipotético de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento dos contratos, o que for menor.

Na análise de sensibilidade, a taxa de juros é baseada nas taxas atualmente praticadas no ambiente de mercado.

As análises de sensibilidade foram preparadas com base no valor da dívida líquida e o índice de taxas de juros fixas em relação a taxas de juros variáveis da dívida em 31 de dezembro de 2021.

##### b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre exposições de crédito a clientes de equipamentos originais ("OEM") e reposição/concessionárias ("DSH"), incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas. Para bancos e outras instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades de primeira linha. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pelo Conselho de Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

## Notas Explicativas

### 4. Gestão de risco financeiro--Continuação

#### 4.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

##### b) Risco de crédito--Continuação

A possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de problemas financeiros com seus clientes OEM é reduzida em função do perfil desses clientes (montadoras de veículos e outras empresas de atuação mundial). Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia e sua controlada não possui saldos significativos a receber de clientes da categoria DSH.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

##### c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais da Companhia e agregada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

A Tesouraria investe eventuais excessos de caixa em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para atender as previsões acima mencionadas. Na data do balanço, a Companhia mantinha fundos de curto prazo no montante de R\$ 2.395, que se espera gerem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa descontados contratados e representa os fluxos esperados de desembolso efetivo (não descontado), desconsiderando eventuais exigências dos bancos pelos vencimentos antecipados.

## Notas Explicativas

### 4. Gestão de risco financeiro--Continuação

#### 4.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

##### c) Risco de liquidez--Continuação

	Consolidado				
	Até três meses	De quatro a 12 meses	Entre um e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2021					
Empréstimos e financiamentos	15.910	35.621	67.595	19.867	138.993
Passivos de arrendamento	387	1.159	12.670	41.318	55.534
Fornecedores	72.830	-	-	-	72.830
Partes relacionadas	-	-	8.132	-	8.132
Outros passivos	14.558	25.707	95.305	98.394	233.964
	<b>103.685</b>	<b>62.487</b>	<b>183.702</b>	<b>159.579</b>	<b>509.453</b>
	Até três meses	De quatro a 12 meses	Entre um e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2020					
Empréstimos e financiamentos	8.270	11.594	88.820	29.553	138.237
Passivos de arrendamento	7.216	15.959	22.377	-	45.552
Fornecedores	36.886	-	-	-	36.886
Partes relacionadas	-	-	7.450	-	7.450
Outros passivos	9.909	21.010	100.991	119.385	251.295
	<b>62.281</b>	<b>48.563</b>	<b>219.638</b>	<b>148.938</b>	<b>479.420</b>

#### 4.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

	Consolidado	
	2021	2020
Total dos empréstimos (Nota 15)	138.993	138.237
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(12.487)	(33.681)
Dívida líquida	126.506	104.556
Total do patrimônio líquido	(311.446)	(189.216)
	<b>(184.940)</b>	<b>(84.660)</b>
Índice de alavancagem financeira - %	-	-

## Notas Explicativas

### 5. Instrumentos financeiros por categoria de valor justo e contábil

O valor contábil dos principais instrumentos financeiros não diverge dos seus respectivos valores justos, e estão classificados a seguir:

Consolidado	2021	2021	2020	2020	Mensuração a valor justo
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
<b>Ativos financeiros</b>					
<u>Valor justo por meio do resultado</u>					
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	12.487	12.487	33.681	33.681	Nível 2
<u>Custo amortizado</u>					
Contas a receber de clientes (Nota 7)	31.509	31.509	58.774	58.774	Nível 2
<b>Passivos financeiros</b>					
<u>Custo amortizado</u>					
Fornecedores (Nota 16)	72.830	72.830	36.886	36.886	Nível 2
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	138.993	138.993	138.237	138.237	Nível 2
Passivo de arrendamentos (Nota 14)	55.534	55.534	45.552	45.552	Nível 2
Adiantamento de clientes (Nota 18)	51.608	51.608	15.184	15.184	Nível 2
Partes relacionadas (Nota 10)	8.132	8.132	7.450	7.450	Nível 2
Outros passivos (Nota 20)	233.964	233.964	251.295	251.295	Nível 2

#### Hierarquia

A classificação dos ativos e passivos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento.

O valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais. Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- Nível 3: instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

## Notas Explicativas

### 6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Caixa e bancos	<b>7.384</b>	31.444	<b>10.092</b>	32.430
Aplicações financeiras	-	-	<b>2.395</b>	1.251
	<b>7.384</b>	31.444	<b>12.487</b>	33.681

Bancos e disponíveis rendem juros a taxas flutuantes baseadas em taxas diárias de depósitos bancários de curto prazo. Os recursos são utilizados dependendo das necessidades imediatas de caixa da Companhia.

### 7. Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	2021	2020
Terceiros no país	<b>20.629</b>	50.468
Terceiros no exterior (Nota 4.1)	<b>9.264</b>	7.648
Contas a receber de ferramental no país	<b>10.376</b>	8.434
	<b>40.269</b>	66.550
Provisão para perdas de crédito esperadas (impairment)	<b>(8.760)</b>	(7.776)
	<b>31.509</b>	58.774

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas foi como segue:

	2021	2020
Saldo inicial	<b>(7.776)</b>	(6.029)
(Aumento) diminuição da provisão	<b>(984)</b>	(1.747)
Saldo final	<b>(8.760)</b>	(7.776)

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a abertura das contas a receber por idade de vencimento, era como segue:

	2021	2020
A vencer	<b>24.878</b>	49.179
Vencidas:		
De 1 a 30 dias	<b>3.296</b>	7.271
De 31 a 60 dias	<b>1.799</b>	859
De 61 a 90 dias	<b>335</b>	119
Há mais de 90 dias	<b>9.961</b>	9.122
	<b>15.391</b>	17.371
Total	<b>40.269</b>	66.550



## Notas Explicativas

### 7. Contas a receber de clientes--Continuação

O saldo vencido há mais de 90 dias não provisionados em 31 de dezembro de 2021, líquidos da provisão para perdas de crédito esperadas, refere-se à venda de ferramental no montante de R\$ 1.082, para os quais a administração não espera registrar perdas.

### 8. Estoques

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Produtos acabados	4.651	4.361
Produtos em elaboração	10.826	9.001
Matérias-primas	23.146	17.786
Importação em andamento	2.247	743
Materiais de manutenção e auxiliares	3.278	2.437
Ferramentas e moldes em desenvolvimento destinados à venda	76.275	10.072
Adiantamentos a fornecedores	213	864
Provisão para ajuste a valor de mercado e obsolescência	(2.279)	(2.256)
	<u>118.357</u>	<u>43.008</u>

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a movimentação da provisão para ajuste a valor de mercado e obsolescência foi como segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Saldos iniciais	(2.256)	(2.209)
Reversão da provisão	806	1.719
Aumento da provisão	(829)	(1.766)
Redução líquida (Nota 24)	(23)	(47)
Saldos finais	<u>(2.279)</u>	<u>(2.256)</u>

## Notas Explicativas

### 9. Tributos a recuperar

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Crédito exclusão de ICMS base de cálculo PIS/COFINS (1)	<b>119.005</b>	153.297
Processo Funrural (Nota 19)	<b>2.237</b>	2.237
ICMS sobre ativo imobilizado - CIAP	<b>1.722</b>	732
Outros	<b>741</b>	741
	<b>123.705</b>	157.007
Circulante	<b>34.746</b>	30.406
Não circulante	<b>88.959</b>	126.601
	<b>123.705</b>	157.007

(1) Crédito Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS - Registro contábil trânsito em julgado.

A Companhia informa que, no ano de 2010, distribuiu Mandado de Segurança objetivando a exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS. Em setembro de 2017, a Companhia obteve decisão favorável em primeira instância e, em outubro de 2019, obteve nova sentença favorável em grau recursal (STF). No mesmo ato, ocorreu o trânsito em julgado do processo. Diante disto, Companhia iniciou um procedimento para levantamento de valores pagos indevidamente a partir do ano de 2005 e pleitear seu respectivo ressarcimento. A Companhia apurou e mensurou os respectivos valores de forma confiável. Em 19 de agosto de 2019, a Companhia obteve sentença favorável para utilização do ICMS destacado nas notas fiscais para apuração do crédito. No quarto trimestre de 2019, com base na opinião e laudo preparado por seus assessores, a Companhia registrou o montante de R\$ 179.069 na rubrica de tributos a recuperar no balanço para compensar com tributos correntes administrados pela Receita Federal do Brasil em períodos futuros. O valor principal dos créditos, líquido dos honorários de sucesso dos advogados, foi reconhecido como outras receitas operacionais e o valor da atualização monetária foi reconhecido na rubrica de receita financeira na demonstração do resultado do exercício.

A homologação e habilitação de R\$ 123.396 relativo à parte do referido crédito junto à Receita Federal do Brasil para compensação tributária futura, ocorreu em 03 de janeiro de 2020, sendo que o montante restante do crédito no montante de R\$ 55.673, será objeto de análise pela Receita Federal do Brasil para restituição ou compensação futura de impostos anteriormente parcelados.

No 3º trimestre de 2021, a Companhia revisitou suas projeções financeiras para os exercícios de 2022 a 2024 e, considerando o saldo inicial R\$ 179.069, menos as compensações realizadas até 3º trimestre de 2021 de R\$ 63.469 (R\$ 68.122 até 31 de dezembro de 2021) e acrescentando a atualização monetária mensal do crédito acumulado de R\$ 27.694, a Companhia concluiu que não será possível compensar 100% do saldo atual durante o período prescricional de 5 anos, iniciado em outubro de 2019 e com prazo final de outubro de 2024. Desta forma foi registrado uma provisão (impairment) no montante de R\$ 20.629 no resultado do exercício. A Companhia espera compensar a totalidade dos créditos dentro do período prescricional.

## Notas Explicativas

### 10. Imposto de renda e contribuição social

#### a) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Passivo:		
Imobilizado - custo atribuído (1)	(452)	(460)
Depreciação - revisão da vida útil-econômica (2)	<u>(18.845)</u>	<u>(18.745)</u>
	<u><b>(19.297)</b></u>	<u><b>(19.205)</b></u>

(1) Refere-se aos tributos diferidos calculados sobre o custo atribuído ao ativo imobilizado decorrente da contabilização do seu valor justo na adoção inicial do CPC 27 (IAS 16).

(2) Refere-se aos tributos diferidos calculados sobre a diferença de depreciação do ativo imobilizado gerado após revisão da vida útil - econômica dos bens. Até 31 de dezembro de 2010, a Companhia, conforme permitido pela legislação tributária, considerou também para fins fiscais a depreciação calculada com base nas novas vidas útil-econômicas dos bens. Desde setembro de 2011, a Companhia passou a utilizar para fins fiscais a depreciação calculada com base na vida útil permitida pela legislação fiscal e, conseqüentemente, reconheceu os correspondentes efeitos tributários diferidos.

A Companhia possui saldos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social de R\$ 55.886 e R\$ 66.888, respectivamente em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 57.630 e R\$ 68.632 em 31 de dezembro de 2020, respectivamente), a controlada Plascar Ltda. possui saldos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social de R\$ 960.587 e R\$ 955.531, respectivamente em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 838.499 e R\$ 833.443 em 31 de dezembro de 2020, respectivamente) sobre os quais não foram constituídos tributos diferidos ativos na sua totalidade, conforme determina a Instrução CVM 371, visto que a Companhia não possui expectativa de geração de lucros tributáveis futuros.

#### b) Movimentação do passivo fiscal diferido

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Saldos iniciais	<u>(19.205)</u>	<u>(18.501)</u>
Tributos diferidos sobre a realização do custo atribuído ao ativo imobilizado decorrente	-	-
Da depreciação e baixa desses ativos	7	36
Tributos diferidos sobre diferença de depreciação	<u>(99)</u>	<u>(740)</u>
Saldos finais	<u><b>(19.297)</b></u>	<u><b>(19.205)</b></u>

## Notas Explicativas

### 10. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

#### c) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	<b>(122.138)</b>	(116.310)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (34%)	<b>41.527</b>	39.545
Ajustes para demonstração de taxa efetiva: Efeito tributário sobre prejuízo fiscal e base negativa do exercício não reconhecido (1)	<b>(41.619)</b>	(40.248)
Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos	<b>(92)</b>	(703)

(1) Efeito tributário sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social da Plascar S.A., o qual não é registrado em função de não haver expectativa de lucros tributáveis futuros.

### 11. Partes relacionadas

#### a) Remuneração aos Administradores

A remuneração do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal é composta de remuneração fixa aprovada em Assembleia Geral, paga mensalmente.

A remuneração dos principais executivos e administradores da Companhia e de suas controladas são compostos de remuneração fixa, variável com base em metas estabelecidas e benefícios complementares.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o total de remuneração dos Administradores foi como segue:

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Remuneração fixa anual (1)	<b>(6.030)</b>	(5.196)
Remuneração variável (2)	<b>(486)</b>	(979)
Honorários da administração	<b>(6.516)</b>	(6.175)

(1) Refere-se a salários e honorários da administração, férias, 13º salário, previdência privada e encargos sociais (contribuições para a seguridade social - INSS, FGTS e outros).

(2) Refere-se à participação nos resultados e bônus.

## Notas Explicativas

### 11. Partes relacionadas--Continuação

#### b) Saldos e transações

A Companhia e sua controlada celebram contratos de mútuo com partes relacionadas, a fim de que necessidades de caixa sejam supridas imediatamente, com a dispensa de processos de aprovação exigidos por instituições financeiras. Tais contratações estão condicionadas à disponibilidade de recursos e ao não comprometimento do fluxo de caixa da mutuante. Referidos contratos de mútuo são firmados de acordo com taxas acordadas entre as partes.

Seguem os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, bem como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Passivo não circulante				
Contratos de mútuos:				
W&L Ross & Co., LLC	-	-	5.254	4.824
Permali do Brasil Ind. E Com. Ltda.	-	-	2.878	2.626
Plascar Ltda.	22.148	44.460	-	-
	<b>22.148</b>	44.460	<b>8.132</b>	7.450

Os efeitos das transações no resultado correspondem a atualização monetária e variação cambial registradas no resultado financeiro.

O contrato de mútuo entre a Companhia (mutuante) e a Plascar Ltda. (mutuaria) não está sujeito, excepcionalmente, a encargos financeiros, em função de a Companhia ser detentora direta de 100% do capital social da Plascar Ltda. Esse contrato foi firmado, em 31 de maio de 2000, para adequação do fluxo de caixa da Plascar Ltda., com vencimento indeterminado.

O contrato de mútuo entre a Permali do Brasil Indústria e Comércio Ltda. (mutuante) e a Plascar Ltda. (mutuaria) está sujeito à incidência de juros mensais de 0,80% e tem vencimento indeterminado. Referido contrato foi celebrado em 31 de março de 2009 para adequação do fluxo de caixa da Plascar Ltda.

### 12. Provisão para perda com investimento em controlada

A movimentação do investimento está demonstrada a seguir:

	2021	2020
Saldo inicial	(176.192)	(60.667)
Participação nos prejuízos da controlada	(120.487)	(115.525)
Saldo final	<b>(296.679)</b>	(176.192)

## Notas Explicativas

### 12. Provisão para perda com investimento em controlada--Continuação

As informações relevantes referentes à Plascar Ltda. estão apresentadas a seguir:

	2021	2020
Capital social	838.565	838.565
Quotas totais	838.565.144	838.565.144
Quotas possuídas	838.565.144	838.565.144
Participação	100%	100%
Patrimônio líquido da controlada	(296.679)	(176.192)
Participação na Plascar S.A.	(296.679)	(176.192)
Prejuízo líquido do exercício	(120.487)	(115.525)
Resultado da equivalência patrimonial	(120.487)	(115.525)

### 13. Imobilizado

#### a) Composição

	Consolidado			
	2021		2020	
	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Edificações	17.208	(2.860)	14.348	8.300
Máquinas e equipamentos	880.302	(585.400)	294.902	278.965
Moldes	47.838	(47.057)	781	569
Móveis e utensílios	12.626	(12.037)	589	864
Veículos	4.302	(4.104)	198	316
Equipamentos de computação	4.040	(3.515)	525	386
Peças e materiais de reposição	4.270	-	4.270	3.906
Adiantamentos a fornecedores	49.764	-	49.764	44.581
Provisão para impairment de adiantamentos e máquinas e equipamentos (2)	(62.039)	-	(62.039)	(62.039)
	<b>958.311</b>	<b>(654.973)</b>	<b>303.338</b>	<b>275.848</b>

(1) Taxa média ponderada de 7,82%.

(2) Referem-se, à adiantamentos a fornecedores para aquisição de máquinas e equipamentos para ampliação da capacidade operacional e produtiva das unidades industriais da Companhia, realizados entre 2010 e 2011 para a empresa Sandretto e financiados junto ao BNDES através do programa FINAME/PSI no montante de R\$ 44.084. Do montante registrado em 31 de dezembro de 2018 e 2019, R\$ 36.548 foram adiantados por instituições financeiras e R\$7.536 adiantados ao fornecedor com recursos próprios. A Companhia, após detida análise junto aos seus assessores jurídicos, decidiu registrar uma perda sobre o valor total em aberto, no montante total de R\$ 44.084 ainda no exercício 2018. A Companhia adotou todas as providências jurídicas possíveis e seguirá buscando seus direitos pela via jurídica. No entanto, a Companhia considera pouco provável a possibilidade do recebimento destes ativos em curto prazo, não obstante a ação judicial continue em andamento.

Em 2019 a Companhia registrou impairment de R\$ 17.955 referente a máquinas e equipamentos identificados como não operacionais no exercício. A Companhia está levantando junto ao seu corpo técnico os investimentos necessários e viabilidade para adequar parte destes equipamentos à produção.

**Notas Explicativas****13. Imobilizado--Continuação**b) Movimentação do custo

	<b>Consolidado</b>				<b>Saldo final</b>
	<b>Exercício findo em 31 de dezembro de 2021</b>				
	<b>Saldo inicial</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Transferências</b>	
Edificações	10.882	<b>4.932</b>	<b>(21)</b>	<b>1.415</b>	<b>17.208</b>
Máquinas e equipamentos	843.545	<b>51.258</b>	<b>(7.400)</b>	<b>(1.445)</b>	<b>885.958</b>
Moldes	47.333	<b>528</b>	<b>(9)</b>	<b>(14)</b>	<b>47.838</b>
Móveis e utensílios	12.611	<b>20</b>	<b>(39)</b>	<b>34</b>	<b>12.626</b>
Veículos	4.302	-	-	-	<b>4.302</b>
Equipamentos de computação	3.660	<b>363</b>	-	<b>17</b>	<b>4.040</b>
Peças e materiais de reposição	3.906	<b>371</b>	-	<b>(7)</b>	<b>4.270</b>
Adiantamentos a fornecedores	44.581	<b>5.183</b>	-	-	<b>49.764</b>
Provisão para impairment					
Adiantamentos e máquinas e equipamentos	(67.695)	-	-	-	<b>(67.695)</b>
	<b>903.125</b>	<b>62.655</b>	<b>(7.469)</b>	-	<b>958.311</b>

	<b>Consolidado</b>				<b>Saldo final</b>
	<b>Exercício findo em 31 de dezembro de 2020</b>				
	<b>Saldo inicial</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Transferências</b>	
Edificações	10.666	113	-	103	10.882
Máquinas e equipamentos	839.136	5.513	(851)	(253)	843.545
Moldes	46.852	414	(57)	124	47.333
Móveis e utensílios	12.681	7	(84)	7	12.611
Veículos	4.437	-	(135)	-	4.302
Equipamentos de computação	3.526	126	(12)	20	3.660
Peças e materiais de reposição	4.006	-	(100)	-	3.906
Adiantamentos a fornecedores	44.166	416	-	(1)	44.581
Provisão para impairment					
Adiantamentos e máquinas e equipamentos	(67.695)	-	-	-	<b>(67.695)</b>
	<b>897.775</b>	<b>6.589</b>	<b>(1.239)</b>	-	<b>903.125</b>

**Notas Explicativas****13. Imobilizado--Continuação**c) Movimentação da depreciação

	<b>Consolidado</b>				
	<b>Exercício findo em 31 de dezembro de 2021</b>				
	<b>Saldo inicial</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Transferências</b>	<b>Saldo final</b>
Edificações	(2.582)	<b>(302)</b>	<b>6</b>	<b>18</b>	<b>(2.860)</b>
Máquinas e equipamentos	(564.580)	<b>(33.693)</b>	<b>7.233</b>	<b>(16)</b>	<b>(591.056)</b>
Moldes	(46.764)	<b>(283)</b>	<b>9</b>	<b>(19)</b>	<b>(47.057)</b>
Móveis e utensílios	(11.747)	<b>(330)</b>	<b>39</b>	<b>1</b>	<b>(12.037)</b>
Veículos	(3.986)	<b>(125)</b>	-	<b>7</b>	<b>(4.104)</b>
Equipamentos de computação	(3.274)	<b>(250)</b>	-	<b>9</b>	<b>(3.515)</b>
Provisão para impairment máquinas e equipamentos	5.656	-	-	-	<b>5.656</b>
	<b>(627.277)</b>	<b>(34.983)</b>	<b>7.287</b>	-	<b>(654.973)</b>

	<b>Consolidado</b>				
	<b>Exercício findo em 31 de dezembro de 2020</b>				
	<b>Saldo inicial</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Transferências</b>	<b>Saldo final</b>
Edificações	(2.305)	(278)	1	-	(2.582)
Máquinas e equipamentos	(529.379)	(35.992)	791	-	(564.580)
Moldes	(46.215)	(624)	59	16	(46.764)
Móveis e utensílios	(11.403)	(419)	83	(8)	(11.747)
Veículos	(3.936)	(177)	134	(7)	(3.986)
Equipamentos de computação	(3.000)	(284)	11	(1)	(3.274)
Provisão para impairment máquinas e equipamentos	5.656	-	-	-	5.656
	<b>(590.582)</b>	<b>(37.774)</b>	1.079	-	<b>(627.277)</b>

O montante de R\$ 34.245 (2020 - R\$ 37.244) referente à despesa de depreciação foi reconhecido no resultado em "Custo das vendas", R\$ 340 (2020 - R\$ 91) em "Despesas com vendas" e R\$ 398 (2020 - R\$ 439) em "Despesas administrativas".

Apesar do cenário reflexo da pandemia COVID-19, bem como a situação financeira da Companhia, descritos na Nota 1, a Administração concluiu que não houve necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos da Companhia e suas controladas, conforme detalhado na Nota 2.8.



**Notas Explicativas****14. Direito de uso de ativos e passivo de arrendamento****a) Composição e movimentação sumária do direito de uso de ativos e passivos de arrendamentos**

## Direito de uso de ativos

	<b>Edifícios</b>	
	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Saldo inicial em 1 de janeiro	<b>21.672</b>	35.766
Adições (1)	<b>17.054</b>	-
Reajustes	-	9.349
Amortização	<b>(23.122)</b>	<b>(23.443)</b>
Saldo final em 31 de dezembro	<b>15.604</b>	21.672

## Passivos de arrendamento

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Saldo inicial em 1 de janeiro	<b>45.552</b>	60.298
Adições (1)	<b>17.054</b>	-
Reajustes	-	9.349
Repactuação (2)	-	(24.532)
Juros	<b>4.160</b>	4.038
Pagamentos	<b>(11.232)</b>	<b>(3.601)</b>
Saldo final em 31 de dezembro	<b>55.534</b>	45.552
Circulante	<b>1.546</b>	23.175
Não circulante	<b>53.988</b>	22.377
	<b>55.534</b>	45.552

(1) No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 houve adição de um novo contrato. O impacto inicial no ativo e passivo foi de R\$ 17.054. A Administração considerou como taxa incremental 6,5% para desconto da dívida ao valor presente (AVP).

(2) Após repactuação da dívida dos aluguéis vencidos em janeiro de 2020, a Companhia reclassificou parte do montante para Outros Passivos no não circulante, vide Nota 19.b.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia apurou despesa de R\$ 225 (R\$ 147 em 2020) de referente aos arrendamentos de curto prazo (inferior a 12 meses de contrato) ou de operações com ativos de baixo valor envolvidos nos contratos.

**b) Cronograma de vencimento dos arrendamentos**

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2021</b>	<b>2020</b>
2021	-	23.175
2022	<b>1.546</b>	22.377
2023 em diante	<b>53.988</b>	-
	<b>55.534</b>	45.552

## Notas Explicativas

### 14. Direito de uso de ativos e passivo de arrendamento—Continuação

#### c) Informações adicionais – Ofício circular CVM/SNC/SEP no. 2,2019

Em conformidade com o OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/No. 02/2019, a Companhia adotou como política contábil os requisitos do CPC 06 (R2) / IFRS 16 na mensuração e remensuração do seu direito de uso, procedendo o uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação.

Para resguardar a representação fidedigna da informação frente aos requerimentos do CPC 06 (R2) e para atender as orientações das áreas técnicas da CVM, são fornecidos os saldos passivos sem inflação, efetivamente contabilizado (fluxo real x taxa nominal), e a estimativa dos saldos inflacionados nos períodos de comparação (fluxo nominal x taxa nominal).

Demais premissas, como o cronograma de vencimento dos passivos e taxas de juros utilizadas no cálculo estão divulgadas em outros itens desta mesma nota explicativa, assim como os índices de inflação são observáveis no mercado, de forma que os fluxos nominais possam ser elaborados pelos usuários das demonstrações financeiras.

A comparação dos saldos dos fluxos de arrendamentos, com e sem a projeção de inflação, está demonstrada abaixo:

	2022	2023	2024	2025 em diante
<b>Passivo de arrendamento</b>				
Projeção real e taxa nominal (contabilizado)	<b>(55.534)</b>	(15.891)	(13.675)	(11.311)
Projeção nominal e taxa nominal	<b>(62.959)</b>	(17.481)	(14.470)	(11.763)
<b>Direito de uso de ativos</b>				
Projeção real e taxa nominal (contabilizado)	<b>15.604</b>	13.427	11.249	9.072
Projeção nominal e taxa nominal	<b>22.365</b>	14.770	11.903	9.435
<b>Encargos financeiros</b>				
Projeção real e taxa nominal (contabilizado)	<b>4.160</b>	1.129	994	845
Projeção nominal e taxa nominal	<b>4.475</b>	1.242	1.052	879
<b>Despesa de amortização do direito de uso</b>				
Projeção real e taxa nominal (contabilizado)	<b>23.123</b>	2.177	2.177	2.177
Projeção nominal e taxa nominal	<b>23.728</b>	2.395	2.304	2.264

## Notas Explicativas

### 15. Empréstimos e financiamentos

#### a) Resumo dos empréstimos

Modalidade/finalidade	Encargos financeiros em 31/12/2021	Consolidado	
		2021	2020
Capital de giro - moeda nacional	Encargos de mercado	<b>138.993</b>	138.237
		<b>138.993</b>	138.237
Circulante		<b>51.531</b>	19.864
Não circulante		<b>87.462</b>	118.373
		<b>138.993</b>	138.237

Parte da composição do saldo dos empréstimos, R\$ 26.525 deve-se a dívida junto ao BNDES relativa a períodos anteriores que foi renegociada pela Companhia na época. Durante o período de 1 ano a Companhia captou um montante de R\$ 19.699 em novos empréstimos.

#### b) Movimentação

	2021	2020
<b>Em 1º de janeiro total de capital de giro</b>	<b>138.237</b>	135.458
(+) Captações	<b>19.699</b>	21.547
(-) Pagamento de principal	<b>(19.821)</b>	(20.207)
(-) Pagamento de juros	<b>(14.737)</b>	(10.706)
(+) Provisão de juros	<b>15.615</b>	12.145
<b>Em 31 de dezembro total de capital de giro</b>	<b>138.993</b>	138.237

O cronograma de vencimento do saldo do não circulante é apresentado abaixo:

	Valor
2022	26.711
2023	21.178
2024	10.957
2025 em diante	28.616
	<b>87.462</b>

## Notas Explicativas

### 15. Empréstimos e financiamentos--Continuação

#### c) Detalhe dos empréstimos por instituição financeira

Resumo dos empréstimos	BRASIL	FIBRA	BDMG	ALFA	ITAÚ	BRADERSCO	CEF	DAYCOVAL	SOFISA	Outros	Total
Capital giro - moeda nacional	20.258	15.439	24.778	7.087	15.106	17.083	11.103	6.863	9.846	11.430	138.993
% Em relação ao total	14,5%	11,1%	17,8%	5,1%	10,9%	12,3%	8,0%	4,9%	7,1%	8,3%	100%

Os empréstimos para capital de giro contratados pela Plascar Ltda., são garantidos por máquinas e equipamentos (CAPEX) e os saldos restantes garantidos por recebíveis e avais.

A Companhia não possui cláusulas restritivas em seus empréstimos junto a instituições financeiras durante o período de 31 de dezembro de 2021 e 2020.

### 16. Fornecedores

	Consolidado	
	2021	2020
Fornecedores nacionais	71.532	35.747
Fornecedores internacionais (Nota. 4.1)	1.298	1.139
	<b>72.830</b>	<b>36.886</b>

Os termos e condições dos passivos financeiros acima referidos refletem o saldo em aberto de contas a pagar com fornecedores, com prazo médio de pagamento de 35 dias.

### 17. Salários, férias e encargos sociais a pagar

	Consolidado	
	2021	2020
Encargos sociais	136.922	81.953
Indenizações trabalhistas	419	1.129
Provisão férias	19.150	17.109
Provisão para participação nos resultados	12.789	11.300
Outros	742	43
	<b>170.022</b>	<b>111.534</b>
Circulante	160.757	101.168
Não circulante	9.265	10.366

## Notas Explicativas

### 17. Salários, férias e encargos sociais a pagar--Continuação

Em junho de 2021, a Companhia foi notificada pela Receita Federal, através de auto de infração e imposição de multa, no qual exigiu a cobrança de contribuições previdenciárias e de terceiros sobre valores pagos a título de lucros (PLR) aos colaboradores no exercício de 2017, em desacordo com a Lei 10.101/2000. O montante corrigido do auto de infração em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 5.081 e, após o esgotamento da discussão em esfera administrativa, a Companhia optou por regularizar o passivo através da adesão ao programa de transação tributária autorizado pela portaria PGFN 11/2021, de forma parcelada e com descontos a serem aplicados após homologação da transação. A Companhia registrou a provisão desse montante, o qual está devidamente inserida na linha de “Encargos Sociais” em contrapartida a rubrica Outras despesas operacionais (Valor original) e Despesas financeiras (Encargos).

### 18. Adiantamentos de clientes

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Fiat Automóveis	<b>3.268</b>	4.800
Man	<b>23.344</b>	3.025
VW	<b>17.672</b>	2.557
Calsonic Kansei	-	1.429
Scania	-	2.121
Mercedes Benz	<b>1.077</b>	597
Volvo	<b>2.432</b>	330
DAF	<b>2.000</b>	-
Outros	<b>1.815</b>	325
	<b>51.608</b>	15.184

### 19. Compromissos e provisão para contingências

#### a) Repactuação da dívida de aluguel

A Companhia concluiu em janeiro de 2020, a repactuação de sua dívida de aluguel em atraso cujo saldo em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 137.754, registrado na rubrica “Outros passivos” e “Passivo de arrendamento” no circulante.

Com a conclusão desta negociação, a dívida atualizada foi parcelada, com carência acima de um ano para início dos pagamentos. O saldo foi transferido para a rubrica Outros Passivos no não circulante em janeiro de 2020.

## Notas Explicativas

### 19. Compromissos e provisão para contingências--Continuação

b) Processos judiciais - valores envolvidos e critérios de provisão contábil para casos de perda provável

A Companhia é parte envolvida em diversos processos de natureza trabalhista (e previdenciária), cível e tributária que atualmente estão em andamento. O critério adotado pela Companhia para classificação do risco de perda é estimado como “remoto”, “possível” e “provável”, sendo que “remoto” indica risco mínimo de perda, “possível” indica risco moderado de perda e “provável” indica risco elevado de perda judicial, cabendo aos assessores legais externos, com auxílio do departamento jurídico da Companhia, analisar detalhadamente cada processo judicial, novo ou em andamento, classificando-os de acordo com suas melhores estimativas de resultado.

Referidas classificações de risco são avaliadas mensalmente, podendo ser alteradas sempre que o entendimento do assessor legal indicar essa necessidade. Além disso, todos os processos também recebem atualização monetária mensal, de acordo com os índices legais adotados pelos tribunais, no intuito de refletir a mais precisa a atual situação econômica de cada processo.

Para todos os casos em que os assessores legais externos e internos indicam o risco de perda como “provável”, a Companhia constitui provisão individual em montante suficiente para fazer frente aos valor estimado dessa perda, que é devidamente calculado e apurado através de contadoria judicial (no caso do juízo) ou perito-assistente contábil (no caso da Companhia), com base nas sentenças condenatórias e/ou quaisquer outras decisões oriundas de instâncias superiores (grau recursal) que sejam emanadas pelos tribunais e que indicam, sem margem de dúvida, que a Companhia está obrigada a realizar o pagamento em curto prazo, em razão do estágio avançado do processo. Além disso, a Companhia adota como política a realização de provisão mensal dos processos trabalhistas classificados como risco de perda “possível”, para os quais a Companhia estima que serão celebrados acordos judiciais para liquidação e encerramento das reclamações antes de serem iniciadas as fases executórias. Após análise realizada pelos assessores jurídicos, a Companhia revisou os percentuais de acordos históricos efetuados e resolveu complementar estas provisões em R\$ 3.142. Os impactos dessa revisão foram registrados em sua totalidade no 3º Trimestre de 2020.

Considerando os processos com risco de perda, a Companhia tem provisão total constituída conforme indicado abaixo:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Provisões previdenciárias e trabalhistas	<b>6.502</b>	11.550
	<b>6.502</b>	11.550

## Notas Explicativas

### 19. Compromissos e provisão para contingências--Continuação

b) Processos judiciais - valores envolvidos e critérios de provisão contábil para casos de perda provável--Continuação

A movimentação da provisão para demandas judiciais, em 2021 e 2020, está assim representada:

Previdenciárias e trabalhistas

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Saldo inicial	11.550	7.395
Adições	6.061	11.052
Pagamentos	(11.109)	(6.897)
Saldo final	<u>6.502</u>	<u>11.550</u>

c) Estimativa de perdas “possíveis”, não provisionadas no balanço

Para as demais ações judiciais da Companhia, que tem seu risco de perda classificado pelos assessores legais externos e internos como “possível” ou “remoto”, não há constituição de provisão contábil. Apesar disso, a Companhia reconhece a importância de informar os valores envolvidos nesses processos, como forma de dar conhecimento e informação suficiente ao mercado sobre todas as ações em que a Companhia é parte. Para ações novas, o valor informado pela Companhia leva em consideração o valor dado à causa (valor inicial). À medida que o processo avança, os assessores legais apuram os valores envolvidos em cada processo com maior critério, valorizando cada um deles de forma mais precisa quanto aos valores efetivamente envolvidos, assim como seu risco efetivo de perda.

Considerando os processos com risco de perda “possível”, não provisionados, a Companhia informa que os seus valores envolvidos estão assim constituídos:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Tributárias (1)	151.653	4.340
Trabalhistas	10.971	13.537
Cível	4.185	4.257
	<u>166.809</u>	<u>22.134</u>

(1) Deve-se principalmente aos débitos fiscais os quais estão em processo de negociação junto a Procuradoria.

## Notas Explicativas

(2)

### 19. Compromissos e provisão para contingências--Continuação

#### d) Ativos contingentes relevantes

Atualmente, a Plascar Ltda. figura como parte ativa em dois processos considerados relevantes contra FUNRURAL e ELETROBRÁS, cujos montantes envolvidos são de R\$ 8.585 e R\$ 19.249, respectivamente.

- (i) O processo contra ELETROBRÁS, cuja sentença foi favorável à Companhia, se encontra em avançado estágio processual, sendo que a Companhia já havia dado início ao processo de execução provisória da sentença, requerendo o pagamento do valor devido. Em julho de 2020, no entanto, por intermédio de seus assessores externos, a Companhia tomou conhecimento de uma suposta cessão de direitos, que teria sido realizado em maio de 2003, pela qual a titularidade e os benefícios econômicos oriundos desse processo seriam cedidos a terceiros. Não tendo identificado internamente elementos que confirmassem tal cessão de direitos, a Companhia se manifestou nos autos, requerendo mais informações sobre o assunto e, neste momento, aguarda manifestação do juízo.
- (ii) O processo contra o FUNRURAL foi tramitado e julgado na data de 04 de setembro de 2001, sendo concedido à Plascar o direito líquido e certo de recebimento do valor de R\$ 2.237 (Nota 9). Referido valor, contudo, foi objeto de questionamento pela Companhia no que se refere à sua atualização monetária, não considerada pelo tribunal. Pende ainda definição sobre referida atualização e, por consequência, o valor correto a ser liquidado em favor da Companhia, cuja estimativa dos assessores legais indica a importância R\$ 8.585.

### 20. Outros passivos

	Consolidado	
	2021	2020
Aluguéis a pagar (Nota 19.a)	137.754	137.754
Credores diversos - acordos firmados	82.018	97.814
Outros passivos	14.192	15.727
	<b>233.964</b>	<b>251.295</b>
Circulante	40.265	30.919
Não circulante	193.699	220.376
	<b>233.964</b>	<b>251.295</b>



## Notas Explicativas

### 21. Patrimônio líquido

#### a) Capital

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o capital social da Companhia é de R\$ 931.455 dividido em 12.425.418 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Acionistas	2021 e 2020	
	Quantidade de ações	Participação
Pádua IV Participações	7.454.491	60,0%
Permal do Brasil	2.290.953	18,4%
Postalis	884.712	7,1%
Outros acionistas	1.795.262	14,5%
	<b>12.425.418</b>	<b>100%</b>

O preço de Emissão das ações foi fixado, sem diluição injustificada para os atuais acionistas da Companhia, considerando as metodologias permitidas pelo artigo 170, § 1º, da Lei das S.A., tendo em vista a situação financeira da Companhia naquele momento, com elevado endividamento e patrimônio líquido negativo.

#### Bônus de subscrição

A Companhia emitiu em favor e como vantagem adicional aos subscritores das ações do Aumento de Capital, mediante atingimento de metas de EBITDA da Plascar Plásticos nos anos de 2020, 2021 ou 2022, 7.455.251 bônus de subscrição, em uma única série e sob a forma escritural e nominativa, sendo atribuído 1 bônus de subscrição para cada ação do Aumento de Capital subscrita.

A outorga a seus titulares, em conjunto, concede o direito de subscrever ações da Companhia representando 5% do capital da Companhia pós emissão de tais ações. O preço para subscrição de 1 ação emitida em razão do exercício dos Bônus de Subscrição será de R\$ 0,01 "Preço de Exercício". A subscrição das ações decorrentes do exercício de Bônus de Subscrição dar-se-á de forma particular, no ato do exercício do Direito de Subscrição, e a integralização das ações então subscritas deverá ser realizada mediante o pagamento à vista do Preço de Exercício, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição de tais ações.

#### b) Reservas

##### Ajustes de avaliação patrimonial

Constituída pelo registro contábil da realização do custo atribuído ao ativo imobilizado e respectivos impostos. Nesta rubrica, estão registrados também os impactos na mudança de participação da controladora na controlada de 99,89% para 100% após reestruturação financeira ocorrida em 31 de janeiro de 2019.

## Notas Explicativas

### 21. Patrimônio líquido--Continuação

#### c) Remuneração aos acionistas - distribuição de dividendos

De acordo com o Estatuto da Companhia, aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de dividendo mínimo anual de 25% do lucro líquido do exercício ajustado na forma dos artigos 189 e 202 da Lei nº 6.404/76. Em função dos prejuízos apurados, nenhuma distribuição de dividendos foi realizada em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

### 22. Resultado por ação

O cálculo básico de lucro ou prejuízo por ação é feito através da divisão do lucro ou prejuízo líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O lucro ou prejuízo diluído por ação é calculado através da divisão do lucro ou prejuízo líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros ou prejuízos, básico e diluído por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (em milhares, exceto valores por ação):

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<u>Prejuízo básico por ação:</u>		
Numerador:		
Prejuízo do exercício	(122.230)	(117.013)
Denominador:		
Média ponderada do número de ações	12.425.418	12.425.418
Prejuízo básico por ações - R\$	<u>(9,84)</u>	<u>(9,42)</u>
	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<u>Prejuízo diluído por ação: (*)</u>		
Numerador:		
Prejuízo do exercício	(122.230)	(117.013)
Denominador:		
Média ponderada do número de ações	19.880.669	19.880.669
Prejuízo diluído por ações - R\$	<u>(6,15)</u>	<u>(5,89)</u>

(\*) Considera os potenciais ações a serem emitidas quando do exercício do Direito de Subscrição (Nota 21.a).

## Notas Explicativas

### 23. Receita operacional líquida

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Receita bruta de vendas	<b>757.842</b>	452.530
Impostos incidentes sobre vendas	<b>(129.855)</b>	(78.722)
Devoluções e abatimentos sobre vendas	<b>(15.303)</b>	(4.620)
	<b>612.684</b>	369.188

Impostos incidentes sobre vendas consistem principalmente de Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS (alíquotas de 7%, 12% e 18%), Imposto sobre produtos industrializados - IPI (alíquotas de 5% e 15%), Programa de integração social - PIS (alíquotas de 1,65% e 2,30%), Contribuição para financiamento seguridade social - COFINS (alíquotas de 7,60% e 10,80%).

### 24. Abertura dos custos e despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Matéria-prima, insumos, materiais de uso e consumo e gastos com pessoal	<b>(498.205)</b>	(326.596)
Depreciação e amortização	<b>(58.105)</b>	(61.217)
Serviços de terceiros	<b>(33.369)</b>	(16.267)
Provisão para perdas de créditos esperadas (Nota 7)	<b>(984)</b>	(1.747)
Provisão para ajuste a valor de mercado e obsolescência nos estoques (Nota 8)	<b>(23)</b>	(47)
Outros	<b>(62.854)</b>	(46.961)
	<b>(653.540)</b>	(452.835)
Classificados como		
Custos dos produtos vendidos	<b>(566.387)</b>	(373.880)
Despesas com vendas	<b>(28.887)</b>	(22.603)
Despesas gerais e administrativas	<b>(55.883)</b>	(52.411)
Outras despesas operacionais, líquidas	<b>(2.383)</b>	(3.941)
	<b>(653.540)</b>	(452.835)

## Notas Explicativas

### 25. Resultado financeiro

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Despesas financeiras		
Juros e multas (2)	<b>(49.445)</b>	(21.141)
Encargos sobre impostos vencidos/parcelados (1)	<b>(35.811)</b>	(20.409)
Ajuste a valor presente de arrendamentos (Nota 14)	<b>(4.160)</b>	(4.038)
Variações cambiais passivas	<b>(4.195)</b>	(5.817)
IOF	<b>(835)</b>	(729)
Outros	<b>(1.447)</b>	(931)
	<b>(95.893)</b>	(53.065)
Receitas financeiras		
Juros e atualização monetária (2)	<b>11.103</b>	15.008
Variações cambiais ativas	<b>3.438</b>	5.298
Outros	<b>70</b>	96
	<b>14.611</b>	20.402
Resultado financeiro	<b>(81.282)</b>	(32.663)

(1) Encargos sobre impostos vencidos e parcelados de PIS/COFINS e ICMS.

(2) Deve-se principalmente ao registro contábil da atualização monetária referente ao crédito exclusão do ICMS na base de cálculo PIS-COFINS.

### 26. Obrigações fiscais e encargos sociais

O saldo em aberto de impostos em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 173.229 e R\$ 131.562 de encargos de folha de pagamento (R\$ 157.440 e R\$ 81.953 em 2020), destes, R\$ 9.391 impostos correntes a vencer, R\$ 101.587 impostos correntes vencidos e R\$ 193.813 parcelados (R\$11.411, R\$ 55.236 e R\$ 172.746 respectivamente em 2020).

**Notas Explicativas****26. Obrigações fiscais e encargos sociais--Continuação**

	2021					
	Em aberto	A vencer	Vencidos	Parcelados		Não circulante
				Circulante		
			A vencer	Vencidos		
REFIS (PERT MP 783/17)	57.588	-	-	4.553	9.106	43.929
Parcel. ordinário PIS/COF/IPI	26.702	-	-	7.282	13.958	5.462
PIS	104	104	-	-	-	-
COFINS	444	444	-	-	-	-
ICMS (Regularize - MG)	43.143	-	-	6.637	-	36.506
ICMS	18.572	1.173	-	1.005	8.468	7.926
IPI (Parcelamento - MG)	716	-	-	330	-	386
IPI	72	72	-	-	-	-
Encargos Procuradoria - dívida ativa	25.137	-	-	-	25.137	-
Outros (ISS IPTU)	751	602	-	25	-	124
	<b>173.229</b>	<b>2.395</b>	<b>-</b>	<b>19.832</b>	<b>56.669</b>	<b>94.333</b>
IRRF (Empregados)	1.770	1.770	-	-	-	-
Parcel. ordinário INSS	14.197	-	-	3.419	6.383	4.395
FGTS	5.490	1.113	2.878	-	1.499	-
INSS (Empresa)	91.011	3.344	87.667	-	-	-
INSS (Empregados)	11.811	769	11.042	-	-	-
INSS parcelado Sesi Senai (Empresa)	7.283	-	-	2.064	349	4.870
	<b>131.562</b>	<b>6.996</b>	<b>101.587</b>	<b>5.483</b>	<b>8.231</b>	<b>9.265</b>
<b>Soma (Empresa)</b>	<b>291.210</b>	<b>6.852</b>	<b>90.545</b>	<b>25.315</b>	<b>64.900</b>	<b>103.598</b>
<b>Soma (Empregados)</b>	<b>13.581</b>	<b>2.539</b>	<b>11.042</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>	<b>304.791</b>	<b>9.391</b>	<b>101.587</b>	<b>25.315</b>	<b>64.900</b>	<b>103.598</b>

**Notas Explicativas****26. Obrigações fiscais e encargos sociais--Continuação**

	2020					
	Em aberto	A vencer	Vencidos	Parcelados		
				Circulante		Não circulante
			A vencer	Vencidos		
REFIS (PERT MP 783/17)	55.614	-	-	4.553	4.553	46.508
Parcel. ordinário PIS/COF/IPI	25.732	-	-	6.874	6.577	12.281
PIS	280	280	-	-	-	-
COFINS	1.287	1.287	-	-	-	-
ICMS (Regularize - MG)	55.528	-	-	5.600	-	49.928
ICMS	17.428	1.615	1.166	7.853	5.758	1.036
IPI (Parcelamento - MG)	1.012	-	-	319	-	693
IPI	54	54	-	-	-	-
Outros (ISS IPTU)	505	334	-	25	-	146
	<b>157.440</b>	<b>3.570</b>	<b>1.166</b>	<b>25.224</b>	<b>16.888</b>	<b>110.592</b>
IRRF (Empregados)	1.438	1.438	-	-	-	-
Parcel. ordinário INSS	13.881	-	-	3.250	3.152	7.479
FGTS	971	971	-	-	-	-
INSS (Empresa)	50.557	4.770	45.787	-	-	-
INSS (Empregados)	8.945	662	8.283	-	-	-
INSS parcelado Sesi Senai (Empresa)	6.161	-	-	1.756	1.518	2.887
	<b>81.953</b>	<b>7.841</b>	<b>54.070</b>	<b>5.006</b>	<b>4.670</b>	<b>10.366</b>
<b>Soma (Empresa)</b>	<b>229.010</b>	<b>9.311</b>	<b>46.953</b>	<b>30.230</b>	<b>21.558</b>	<b>120.958</b>
<b>Soma (Empregados)</b>	<b>10.383</b>	<b>2.100</b>	<b>8.283</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>	<b>239.393</b>	<b>11.411</b>	<b>55.236</b>	<b>30.230</b>	<b>21.558</b>	<b>120.958</b>

Sobre os valores vencidos a Companhia registra multa de 20% além de correção pelos índices previstos pela legislação.

**Programa Especial de Regularização Tributária (PERT)**

A Plascar Ltda. aderiu ao PERT em 29 de agosto de 2017. O saldo dos impostos vencidos até abril de 2017, no âmbito da Procuradoria, foi parcelado em 120 vezes, sendo que o valor das parcelas nos primeiros 12 meses corresponde a 0,4% da dívida, 0,5% no segundo ano, 0,6% no terceiro ano e saldo restante em 84 parcelas. O índice de correção das parcelas é a Selic.

Adicionalmente, a MP 783/17 foi convertida na Lei 13.496/17 em 25 de outubro de 2017, incluindo uma nova modalidade de parcelamento, onde há a possibilidade de utilização de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL para abater da dívida consolidada no âmbito da Receita Federal do Brasil.

## Notas Explicativas

### 26. Obrigações fiscais e encargos sociais--Continuação

#### Programa Especial de Regularização Tributária (PERT)--Continuação

Os parcelamentos nos âmbitos da Procuradoria e RFB foram consolidados em sua totalidade durante o exercício de 2018.

A seguir apresentamos, resumidamente, os efeitos contábeis desta transação:

	<b>Procuradoria- Geral da Fazenda nacional</b>	<b>Receita Federal do Brasil - Tributário</b>	<b>Receita Federal do Brasil - Não tributário</b>	<b>Total</b>
Saldo original (a)	54.607	76.649	27.555	158.811
Utilização de prejuízo fiscal e base negativa CSLL Lei 13.496/17 (b) (Nota 9.b)	-	(59.110)	(20.760)	(79.870)
Amortização da dívida até 31 de dezembro de 2019	(8.236)	(20.197)	(7.013)	(35.446)
Atualização do parcelamento	11.217	2.658	218	14.093
<b>Total</b>	<b>57.588</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>57.588</b>

(a) Total da dívida tributária e não tributária atualizada na data da adesão do PERT, contemplando Programa de Integração Social - PIS, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, e Instituto Nacional do Seguro Social - INSS (Desoneração da Folha).

(b) A Companhia migrou para esta nova modalidade. O valor envolvido para abatimento do saldo com prejuízos fiscais e base negativa é de R\$ 79.870. Em novembro de 2019 a Companhia liquidou o saldo deste parcelamento.

### 27. Benefícios a empregados

As despesas com salários, benefícios e encargos sociais estão demonstradas a seguir:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Salários e encargos sociais	<b>159.526</b>	134.411
Plano de participação nos resultados	<b>6.545</b>	5.573
Demissões	<b>3.327</b>	3.016
Benefícios previstos em Lei	<b>19.207</b>	13.955
Benefícios adicionais	<b>477</b>	87
	<b>189.082</b>	157.042

#### Benefícios adicionais

Além dos benefícios usuais previstos pela legislação trabalhista, a Companhia e sua controlada têm como prática conceder a seus empregados benefícios adicionais contratados de terceiros, tais como: assistência médica, transporte coletivo, alimentação e auxílio-creche.

## Notas Explicativas

### 27. Benefícios a empregados--Continuação

#### Plano de participação nos resultados

A Companhia e suas controladas possuem planos complementares de remuneração variável que considera o atendimento das metas estabelecidas:

- (i) Plano de participação nos resultados (PPR): a Companhia remunera seus colaboradores mediante participação nos resultados conforme acordo coletivo estabelecido entre a Companhia, comissão de empregados e o sindicato da categoria, que estabelece metas que são mensalmente aferidas e divulgadas. Este plano visa estimular o desenvolvimento e a produtividade, fornecendo oportunidades de ganhos financeiros e condições de efetiva participação nos resultados da Companhia.
- (ii) Plano de bônus adicional de participação nos resultados (PPR curto prazo): a Companhia bonifica ainda com quantidade de salários diferenciada os gestores e diretores da Companhia. A participação nos resultados devida aos colaboradores ocupantes destas funções é baseada em desempenhos (individual e da Companhia), de acordo com metas pré-estabelecidas.

### 28. Seguros

A Companhia e sua controlada mantêm apólices de seguro de naturezas diversas, contratados com as principais seguradoras do país. Essas apólices foram definidas conforme o programa do grupo e levaram em consideração a natureza e o grau de risco envolvido.

Em 31 de dezembro de 2021, a cobertura de seguros contra riscos operacionais combinado com lucros cessantes, era R\$ 629.300 (R\$ 629.300 em 31 de dezembro de 2020), e R\$ 10.000 (R\$ 3.000 em 31 de dezembro de 2020) para responsabilidade civil.

A Companhia não está prevendo ter quaisquer dificuldades para renovar nenhuma das apólices de seguro e acredita que a cobertura seja razoável em termos de valor e compatível com os padrões do setor no Brasil.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.



## Notas Explicativas

### 29. Eventos subsequentes

A vigência dos contratos de aluguéis dos imóveis localizados em Jundiaí-SP, Varginha-MG e Betim-MG, assinados em 2011, encerrou-se em dezembro de 2021. A Companhia está em processo de assinatura da renovação desses contratos, prevista para ser concluída no 1º trimestre de 2022. O saldo em atraso remanescente dos aluguéis, encerrados em 2021 será objeto de repactuação e inclusão no contrato de confissão de dívida atual.

## **Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais**

### **Comportamento das projeções empresariais**

A administração da Companhia está em processo de revisão das projeções, devido a queda de volumes produzidos diante do cenário atual (COVID-19).

## **Proposta de Orçamento de Capital**

### **Proposta de Orçamento de Capital**

A administração da Companhia está em processo de revisão das projeções, devido a queda de volumes produzidos diante do cenário atual (COVID-19).

## Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos  
Acionistas, Conselheiros e Diretoria da  
Plascar Participações Industriais S.A.  
Jundiaí - SP

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Plascar Participações Industriais S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional da Companhia e sua controlada

Chamamos a atenção para a Nota 1 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que descreve que a Companhia através de sua controlada tem apurado prejuízos recorrentes em suas operações e tem apresentado prejuízos acumulados no patrimônio líquido no montante R\$ 1.243.222 mil (individual e consolidado) e excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, no montante de R\$ 257.498 mil no consolidado. Conforme apresentado na Nota 1, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na Nota 1, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a assunto.

### Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto. Além do assunto descrito na seção "Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional", determinamos que o assunto descrito abaixo é o principal assunto de auditoria a ser comunicado em nosso relatório. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

### Análise de recuperabilidade dos créditos tributários

Conforme descrito na nota explicativa 9, a Companhia possui registrado R\$ 119.005 mil de créditos de exclusão de ICMS sobre as bases de cálculos do PIS e COFINS na rubrica de tributos a recuperar no Consolidado, correspondendo a 19% do ativo total consolidado. Pelo menos uma vez ao ano, a Companhia realiza o teste do valor recuperável desses créditos com base em projeções das vendas baseadas nos planos de negócio e orçamento anual, adotadas pela Diretoria e aprovados pelo Conselho de Administração. A metodologia e modelagem utilizadas para a apuração do valor recuperável desses ativos, foram baseadas nas projeções de resultado de sua controlada, estimativa para a qual foram utilizadas premissas subjetivas, que envolvem razoável grau de julgamento, informações e condições econômicas e de mercado, dentre outros indicadores.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos montantes envolvidos em relação ao total do ativo e aos potenciais riscos ao resultado do exercício no caso de identificação de perdas ao valor recuperável desses créditos, além das incertezas inerentes à determinação da estimativa sobre os valores esperados de recuperação, dado à

utilização de informações de mercado e elevado grau de julgamento exercido pela Diretoria, na determinação das premissas de seu cálculo. Uma mudança em alguma dessas premissas pode gerar um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a análise e revisão das metodologias e modelos utilizados pela Diretoria, na avaliação das premissas que suportaram as projeções que determinaram o plano de negócios, orçamento e análises do valor recuperável do crédito de exclusão do ICMS. Nossos procedimentos também incluíram a avaliação da razoabilidade e consistência dos dados e das premissas utilizados na preparação desses documentos, incluindo projeções dos resultados, dentre outros, conforme fornecidos pela Diretoria da Companhia, e analisamos ainda a exatidão dos cálculos aritméticos. Analisamos informações que pudessem contradizer as premissas mais significativas e as metodologias selecionadas.

Adicionalmente, confrontamos o valor recuperável determinado pela Diretoria da Companhia com o valor contábil do crédito registrado, bem como avaliamos a adequação das divulgações da nota explicativa 9 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2021.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste do valor recuperável dos créditos de exclusão do ICMS das bases de cálculos do PIS e COFINS, concluímos que a avaliação da Diretoria está consistente com nossos procedimentos, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 9, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em seu conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 14 de março de 2022.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP034519/O-6

Cristiane Cléria S. Hilario  
Sócia-Contadora  
CRC-1SP243766/O-8

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

Os Diretores qualificados declaram que:

Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras.

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente**

Os Diretores qualificados declaram que:

Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes.